



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE ARTES DE SÃO PAULO

SABRINA OLIVEIRA TAVARES DA SILVA

**DA ARTE À AÇÃO POLÍTICA-PEDAGÓGICA:
Teatro Experimental do Negro e suas contribuições para a
construção de uma educação antirracista**

SÃO PAULO
2025

SABRINA OLIVEIRA TAVARES DA SILVA

**DA ARTE À AÇÃO POLÍTICA-PEDAGÓGICA:
Teatro Experimental do Negro e suas contribuições para a
construção de uma educação antirracista**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à
Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, como
parte das exigências para a obtenção do título de
licenciada em Arte-Teatro.

Orientadora: Prof. Dra. Denise Pereira Rachel

SÃO PAULO
2025

Ficha catalográfica desenvolvida pela Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação
do Instituto de Artes da UNESP. Dados fornecidos pelo autor.

S586d Silva, Sabrina Oliveira Tavares da, 2002-

Da arte à ação política-pedagógica: Teatro Experimental do Negro e suas
contribuições para a construção de uma educação antirracista / Sabrina Oliveira
Tavares da Silva. – São Paulo, 2025.

56 f. : il.

Nome artístico da autora: Sabrina Tavares.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise Pereira Rachel.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Arte-Teatro) – Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Artes, São Paulo.

1. Teatro Experimental do Negro. 2. Teatro negro - Rio de Janeiro (RJ). 3. Arte
na educação. 4. Educação. 5. Antirracismo. I. Rachel, Denise Pereira, 1980-. II.
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Artes, São Paulo. III. Título.

CDD 792.098153

Bibliotecária responsável: Luciana Corts Mendes - CRB/8 10531

SABRINA OLIVEIRA TAVARES DA SILVA

**DA ARTE À AÇÃO POLÍTICA-PEDAGÓGICA:
Teatro Experimental do Negro e suas contribuições para a
construção de uma educação antirracista**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada em Arte-Teatro.

São Paulo, 24 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^a. Denise Pereira Rachel
Universidade Estadual Paulista — Orientadora

Prof^ª. Me. Camila Josefa Nunes Rossato

Prof. Dr. Moacir José da Rocha Simplicio

RESUMO

O presente trabalho buscou investigar a contribuição e o impacto historicamente invisibilizados do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias Nascimento em 1944, para o desenvolvimento da Educação Antirracista no Brasil. Motivado pela ausência do TEN nos currículos de formação artística e básica, e considerando a urgência da implementação da Lei 10.639/03, o estudo buscou evidenciar a dimensão pedagógica desse movimento político-cultural para além dos palcos. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica crítica sobre o TEN, a militância negra e a legislação educacional. Os resultados revelam que o TEN constituiu um movimento coletivo, político e pedagógico, cuja atuação ultrapassou a formação de uma primeira geração de atores negros, abrangendo iniciativas como projetos de alfabetização, o fortalecimento da Imprensa Negra, concursos de beleza negra e a criação de organizações como o Conselho Nacional de Mulheres Negras. Essas ações evidenciam práticas de saberes emancipatórios muito anteriores à sua regulamentação legal, configurando um modelo pioneiro de pedagogia engajada. Concluiu-se que o TEN estabeleceu as bases de uma Pedagogia Antirracista que deve ser reconhecida e integrada aos estudos sobre o sistema educacional e as artes cênicas, contribuindo para a equidade étnico-racial, a justiça social e o fortalecimento das identidades negras.

Palavras Chaves: Teatro Experimental do Negro; educação antirracista; Abdias Nascimento; lei 10.639/03; quilombismo.

ABSTRACT

The present work sought to investigate the historically unrecognized contribution and impact of the Black Experimental Theater (TEN), founded by Abdias Nascimento in 1944, on the development of Antiracist Education in Brazil. Motivated by the absence of TEN in artistic and basic training curricula, and considering the urgency of implementing Law 10.639/03, the study aimed to highlight the pedagogical dimension of this political-cultural movement beyond the stage. Methodologically, a qualitative and exploratory approach was adopted, based on a critical literature review on TEN, Black activism, and educational legislation. The results reveal that TEN constituted a collective, political, and pedagogical movement, whose activities went beyond training a first generation of Black actors, encompassing initiatives such as literacy projects, the strengthening of the Black Press, Black beauty pageants, and the creation of organizations like the National Council of Black Women. These actions demonstrate practices of emancipatory knowledge long preceding their legal regulation, configuring a pioneering model of engaged pedagogy. It is concluded that TEN established the foundations of an Antiracist Pedagogy that must be recognized and integrated into studies on the educational system and performing arts, contributing to ethnic-racial equity, social justice, and the strengthening of Black identities.

Keywords: Black Experimental Theater; antiracist education; Abdias Nascimento; law 10.639/03; quilombism.

PRÓLOGO

Antes de entrar nas vias da temática deste trabalho, gostaria de relatar os motivos que me levaram a escolher o Teatro Experimental do Negro – TEN e a Educação Antirracista como cerne da minha pesquisa.

O teatro surgiu na minha vida aos 13 anos, porém muito antes disso, eu já era uma criança artista, arteira, gostava de ler, cantar, brincar e sonhar alto. Participei de cursos livres de teatro ofertados pela prefeitura da cidade que eu morava, Ribeirão Pires, região metropolitana de São Paulo. Sempre tive a certeza de que o teatro em minha vida, não seria apenas um *hobbie*. Com o passar do tempo e minha dedicação à arte, convenci as pessoas a minha volta daquilo que eu mesma já sabia, ser artista seria minha sina. Mas que tipo de artista eu seria?

No ano de 2018, ingressei em um curso técnico de teatro, através do programa Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), subsidiado pelo Governo Federal. O curso era ministrado em parceria com a Fundação das Artes de São Caetano do Sul, uma instituição privada de ensino artístico, onde pude me profissionalizar como atriz. O curso era destinado a estudantes da rede pública, no qual eu conciliava os estudos de teatro com o Ensino Médio em uma instituição pública. Durante todo curso, nas disciplinas teóricas como “História do Teatro”, “Teatro Brasileiro” ou “Dramaturgia”, nunca foi citado, nem uma vez sequer, o movimento do Teatro Experimental do Negro.

Na escola eu era o que consideravam boa aluna. Tirava notas boas na maioria das vezes e quando não, me esforçava bastante. No entanto, chegando no período de conclusão do ensino médio, me deparei com o dilema que estudantes como eu passam, meus pais não teriam condições de financiar o meu ensino superior. Eu teria que trabalhar para arcar com estes custos e ainda assim, muito provavelmente não conseguiria, visto que sempre almejei o curso de teatro, que no ensino privado pode custar até mais que um salário-mínimo.

Eu não acreditava ser capaz de adentrar o ensino público e na escola, não éramos vistos como possíveis. Por mais que eu estivesse desacreditada, estudei para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) por meio de vídeos no YouTube e com o incentivo de minha mãe e de meu pai, prestei vestibular. Na primeira tentativa obtive através do SISU (Sistema de Seleção Unificada) meu ingresso no curso de Arte Cênicas na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Mato Grosso do Sul, aos 17 anos de idade. Nesta universidade estive por dois anos, porém não cheguei à conclusão. A grade curricular dos dois primeiros anos do curso era a mesma tanto para o bacharelado, quanto para a licenciatura e o discente

poderia fazer a escolha de qual titularidade seguir, a partir do terceiro ano. Durante minha passagem pela UFGD nesses dois anos basais do curso, aprendi coisas muito importantes que me despertaram mais interesse pela licenciatura. Fui bolsista Prolicen (Programa de Bolsas de Licenciatura) com pesquisas voltadas para o teatro inclusivo para pessoas neurodivergentes, algo que futuramente pretendo retomar. No entanto, com um corpo docente todo formado por pessoas brancas, o Teatro Experimental do Negro nunca fora citado.

Prestei vestibular no final do ano de 2021 para o curso de Licenciatura em Arte Teatro na Unesp e consegui meu ingresso na primeira tentativa, apesar de passar por um processo seletivo bastante exaustivo, que me parece ser feito justamente para que nós não consigamos adentrar o ensino público superior e acessar esses espaços que também nos pertencem. Foi na Unesp que tive meu primeiro contato com a literatura negra, por intermédio da professora Kambandô Juliana. Ela apresentou para a turma o livro “Becos da Memória” da autora Conceição Evaristo, como leitura do semestre. O que me abriu a porta para conhecer outras autoras negras como Carolina Maria de Jesus, Eliana Alves Cruz, Ruth Guimarães, Ana Maria Gonçalves e outros premiados autores negros da literatura contemporânea como Jeferson Tenório e Itamar Vieira Júnior. Acrescentou em meus conhecimentos, me trouxe identificação e autoestima e reforçou em mim o questionamento de qual educadora eu queria ser. Essa era uma disciplina de quarto ano, na qual eu decidi me inscrever logo no primeiro ano do curso e até hoje não sei o que se passou na minha cabeça de caloura no momento de inscrição. No entanto, foi um ponto chave da minha vida acadêmica.

Alguns semestres depois, tive a oportunidade de conhecer a professora Camila Nunes, que ajudou a turma toda a encontrar de uma maneira subjetiva, sua linha de pesquisa a partir de si. Ainda na Graduação tive contato com o professor, Moacir Simplicio, que nos apresentou finalmente o Teatro Experimental do Negro de uma maneira um pouco mais aprofundada, um divisor de águas na minha linha de pesquisa. Foi então que passei a me questionar, por que eu não aprendi isso antes? Por que meus colegas atores não conhecem o TEN? Por que no curso técnico, na disciplina de Teatro Brasileiro, o TEN nunca foi citado?

Durante o cumprimento dos estágios obrigatórios, tive experiências que me motivaram a pesquisar também sobre a educação antirracista. No primeiro estágio que realizei em uma escola pública próxima ao bairro em que eu morava, percebi como o racismo está impregnado nas estruturas do ambiente escolar. Já na segunda experiência de estágio que tive, no Instituto Esperança Garcia - Quilombo da Parada, pude ver como a educação antirracista pode ser efetiva para crianças e adolescentes. Minha própria experiência educacional, completamente

feita no ensino público, também me trouxe mais desejo em pesquisar essa temática, ao notar as ausências que tive na minha educação escolar enquanto criança negra.

Ao decorrer do curso pude perceber diversos obstáculos e principalmente o racismo contido na instituição. “A academia não é um lugar neutro, tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e de sabedoria, da ciência e erudição, mas também é um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (KILOMBA, 2019, p.51.) A graduação foi um momento importante da minha vida, onde pude estreitar relações com outros amigos de realidades parecidas com a minha e assim criarmos a nossa própria rede de aquilombamento. Toda essa trajetória me encaminhou para este trabalho de conclusão de curso e quando cheguei no terceiro ano de graduação, tive certeza de quem eu gostaria de ter como orientadora. Deixo aqui meu singelo agradecimento a ela, Denise Pereira Rachel, que me aceitou como orientanda e que nos representa dentro corpo docente de Licenciatura em Arte-Teatro. Aproveito o ensejo para agradecer aos meus pais por todo apoio, minha mãe Janaína de Oliveira Silva, que com muito carinho me ensinou a ler e ao meu pai Joatan Tavares da Silva que me apresentou a possibilidade da universidade pública, na confiança de que eu conseguiria. Aos meus amigos, Guttho Lekan, Jakeline Lima e Victor Menezes, Gabriel Barros e Pedro França, que foram essenciais durante a minha trajetória acadêmica e me mostraram o verdadeiro significado de aquilombar. Aos mestres Moacyr Simplicio e Camila Nunes, que me honram fazendo parte da minha banca examinadora. Ao Quilombo da Parada que me ensinou o que é Educação Antirracista. Ao Zama Mthunzi, que me concedeu de muito bom grado uma entrevista para realização deste trabalho. A Deus e a minha fé, que não me deixaram vacilar. Por último, a mim mesma por não desistir.

Segundo o censo de 2018 do IBGE, apenas 10,4% das mulheres negras que ingressam no ensino superior, conseguem concluí-lo. É um dado triste, alarmante e reconheço que entro para essa estatística porque essas pessoas estiveram na minha trajetória e continuo na esperança de que no futuro, esses números sejam maiores. UBUNTU.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Aula de Alfabetização e Cultura Geral do Teatro Experimental do Negro com o professor Ironides Rodrigues.....	13
Figura 2 — Ensaio da peça O imperador Jones, com Abdias Nascimento e elenco.....	15
Figura 3 — Ensaio da peça Todos os filhos de Deus têm asas, com Ruth de Souza e Ilena Teixeira.....	16
Figura 4 — Ensaio da peça O filho pródigo, com Ruth de Souza, Abdias Nascimento, José Monteiro, Aguinaldo Camargo, Marina Gonçalves e Roney da Silva.....	17
Figura 5 — Primeira Edição do Jornal Quilombo n. 1, 09 dez. de 1948, 8 p.....	20
Figura 6 — Coluna Maria de Lourdes Vale do Nascimento no Jornal Quilombo.....	21
Figura 7 — Manchete anuncia criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras.....	22
Figura 8 — Jornal Quilombo anuncia criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras....	22
Figura 9 — Convite para o grande baile caipira em homenagem ao concurso Boneca de Pixe em 1948, promovido pelo TEN.....	24
Figura 10 — Mercedes Baptista como Rainha das Mulatas.....	24
Figura 11 — Catty Silva, Vencedora do Concurso de Beleza Boneca De Pixe.....	25
Figura 12 — Fotografia de Ruth de Souza, 1948, José Medeiros - Exposição Teatro Experimental do Negro nas Fotografias de José Medeiros - Instituto Tomie Ohtake.....	26
Figura 13 — Fotografia de Léa Garcia, 1948, José Medeiros - Exposição Teatro Experimental do Negro nas Fotografias de José Medeiros - Instituto Tomie Ohtake.....	27
Figura 14 — Print Gráfico 4 - Distribuição dos docentes por cor e gênero.....	36
Figura 15 — Print Gráfico 24 - Distribuição dos discentes em relação à cor e gênero.....	36
Figura 16 — Matéria Jornalística sobre o Congresso do Negro Brasileiro.....	39
Figuras 17 — Representação da Educação Bantu - Exposição no Museu do Apartheid.....	42
Figuras 18 — Representação da Educação Bantu - Exposição no Museu do Apartheid.....	42
Figura 19 — Zama Mthunzi de camisa xadrez, em seguida Kambandô Juliana, Helder Graça e Sabrina Tavares.....	43
Figura 20 — Nelson Mandela ao lado de Abdias Nascimento.....	45
Figura 21 — Punho cerrado em referência ao símbolo panafricanista.....	46
Figura 22 — Cartaz de campanha de Abdias Nascimento para Deputado Federal em 1982...50	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO E A EDUCAÇÃO.....	11
2 TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO: UM MOVIMENTO PARA ALÉM DOS PALCOS.....	14
2.1 Jornal O Quilombo.....	17
2.2 Concursos de Beleza Negra.....	23
3 PEDAGOGIA TEN.....	28
3.1 Lei 10.639/03.....	29
3.2 Educação Antirracista.....	31
4 CONEXÕES ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL.....	40
5 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ABDIAS NASCIMENTO.....	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO: O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO E A EDUCAÇÃO

Em 2003, foi sancionada a Lei 10.639/03, tornando obrigatório o ensino de história e cultura Afrobrasileira e africana nas escolas públicas e privadas da Educação Básica. Posteriormente, em 2008, a lei foi alterada a fim de incluir o ensino das culturas indígenas. Um marco para a educação e para as lutas dos saberes emancipatórios. Fruto de lutas de pessoas negras e do movimento negro que se iniciou pelo menos desde o período abolicionista, tomou forma, mudou de acordo com as décadas e conquistou grandes feitos que hoje podemos desfrutar e reivindicar cada vez mais, as melhorias sociais que ainda se fazem necessárias.

O movimento do Teatro Experimental do Negro, fundado em 13 de outubro de 1944 por Abdias Nascimento, teve por sua vez uma contribuição na educação, para as ações afirmativas existentes na atualidade, que foi invisibilizada. O TEN elaborou, por diversas vezes, projetos de leis que visavam ações afirmativas, dentro e fora da educação, que foram recusadas sob a justificativa de falta de provas da existência de discriminação racial no Brasil. Segundo a jornalista e professora Sandra Almada (2009), em 1946 o TEN encaminhou um projeto para criminalizar a discriminação racial, que integraria a constituição de 1946. No entanto, o projeto de lei foi recusado, nas mesmas justificativas das outras tentativas do TEN.

O Teatro Experimental do Negro teve ativa participação social, foi um teatro negro político que pensava amplamente na comunidade negra brasileira. E apesar da sua breve existência enquanto grupo, as heranças culturais, educacionais e até legislativas, se refletem nos dias de hoje.

Através do TEN, podemos refletir sobre a educação antirracista nos espaços educacionais, visto que o movimento foi um grande exemplo das práticas emancipatórias, com projetos de alfabetização, sendo um grupo teatral democratizado onde qualquer pessoa negra, de qualquer profissão poderia ser um artista. Além disso, o Teatro Experimental do Negro foi responsável por diversas ações e mobilizações políticas, como eventos e congressos voltados para a produção dos saberes negros, meios de comunicação da imprensa negra, concursos de beleza com enfoque na valorização da beleza negra, em um período em que a liberdade e autonomia de pessoas negras eram restritas, entre outras frentes. A seguir, um trecho de Abdias Nascimento sobre o TEN.

Um teatro negro do Brasil teria de partir do conhecimento prévio da realidade histórica, na qual exerceria sua influência e cumpriria sua missão revolucionária. Engajado a esses propósitos foi que surgiu o TEN, que fundamentalmente propunha-se a resgatar, no Brasil, os valores da cultura negro-africana degradados e negados pela violência da cultura branco-europeia; propunha-se a valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte. Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos estudos sobre o afro-brasileiro; de outro, fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido. (Nascimento, 1968a, p.198)

Desta forma, nasceu um teatro com fundamentos basais na história do povo negro brasileiro. E isso mudaria para sempre a perspectiva do ator e da atriz negra na cena teatral brasileira.

O número de pesquisas sobre o TEN no âmbito teatral ou da militância negra, teve atualmente um crescimento em comparação a década passada. Pude notar no decorrer das pesquisas para a realização deste trabalho, em sites acadêmicos como Scielo e o Portal de Periódicos da CAPES. Grande parte dos artigos que encontrei nesses sites, foram escritos entre 2021 e 2024, ressaltando aspectos da trajetória do TEN ou da vida de Abdias Nascimento. No entanto, ainda existem poucos estudos e pesquisas que revelam a influência do TEN especialmente na Educação. No Scielo encontrei o artigo “Abdias Nascimento: a trajetória de um intelectual negro engajado na disseminação de saberes emancipatórios entre as décadas de 1920 e 1940” de Carlos Eduardo Vieira e Fabiola Maciel Correa (2022). No Portal de Periódicos da Capes encontrei o artigo “Nosso programa também é alfabetização e cultura: O Teatro Experimental do Negro e o Jornal Quilombo – vida, problemas e aspirações do negro na literatura e na cultura intelectual negro-brasileiras (1948-1950)”, escrito por Denilson Lima dos Santos (2021).

Esta pesquisa é uma produção de conhecimento emancipatório para as populações negras, principalmente no que diz respeito à educação e as artes cênicas, um conhecimento que impacta positivamente os estudos sobre o sistema educacional e favorece seu avanço, além de contribuir com a justiça social, a equidade entre as etnias e o empoderamento identitário de pessoas negras. Desta forma, o trabalho pode ser destinado como referência de formação de educadores do ensino básico.

Figura 1: Aula de Alfabetização e Cultura Geral do Teatro Experimental do Negro com o professor Ironides Rodrigues



Fonte: Medeiros, 1946.

2 TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO: UM MOVIMENTO PARA ALÉM DOS PALCOS

Para muitos historiadores e teatrólogos, o TEN surgiu da Experiência que Abdias Nascimento teve ao assistir à peça teatral “O Imperador Jones” de Eugene O’Neill (1888-1953) no Teatro Municipal de Lima, durante sua estadia no Peru. O que ele assistiu naquele palco, foi um ator branco representando uma personagem negra, com o rosto pintado de preto, o que hoje conhecemos por *blackface*. O uso do recurso racista, incomodou Abdias e com seu retorno ao Brasil, voltou motivado a iniciar o movimento que revolucionou o Teatro Brasileiro.

O TEN não foi o primeiro movimento teatral criado por Abdias Nascimento. Durante sua passagem pelo presídio do Carandiru, na condição de preso político, surge na perspectiva de promover arte e cultura para os detentos, um movimento denominado como Teatro do Sentenciado.

Abdias foi sempre um inquieto indignado, que não aceitou o destino que o racismo lhe reservava. Não aceitou o lugar de subalternidade imposto pelo racismo. Sua experiência no Peru, foi apenas uma confirmação para o crescimento de um movimento revolucionário que deixou uma herança para todas as pessoas negras.

A ausência de atores negros e de personagens negras relevantes, era algo que o incomodava. O pouco espaço que havia nos palcos brasileiros para as personagens negras, era reservado aos papéis subalternos ou pejorativos, de personagens com desvios de caráter ou que não tinham relevância significativa para a história, muito menos, protagonismo. O bêbado, o abusador, o bandido, a criada, entre outros. O TEN veio para contrapor esses ideais racistas do imaginário do Teatro Brasileiro, herdados de um passado escravagista e colonialista. Chegou neste cenário, com personagens de representatividade negra positiva e mostrando para o país, e posteriormente para o mundo, que atores negros existem.

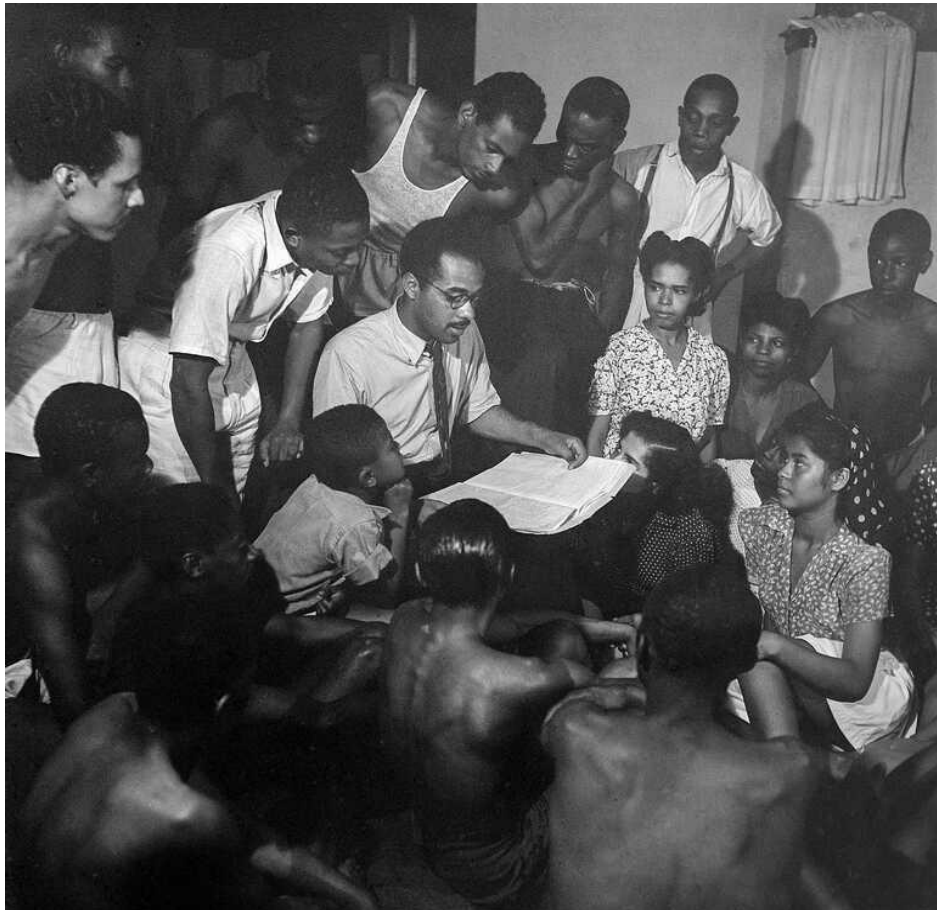
Através de um desejo latente de fazer mudanças e da contribuição coletiva de seus participantes, o TEN tomou forma, criou um corpo coletivo e foi precisamente fundado em 13 de outubro de 1944.

A agitação político-cultural promovida por Abdias e pelo pessoal do Teatro Experimental do Negro naqueles anos de 1940 tinha como protagonistas sujeitos sociais muito diferentes do que o Brasil se acostumara a ver nos palcos, onde as manifestações culturais elitizadas sempre deram o tom. Ou melhor, sempre compuseram a cena. Definindo

invariavelmente histórias, personagens e quem os interpretaria. (Almada, 2009, p.79)

Entre tantos escritos da dramaturgia brasileira, Abdias não encontrou um material do qual o TEN pudesse se identificar e que atendesse seus objetivos. Deste modo, a primeira peça encenada pelo grupo foi “O imperador Jones” do dramaturgo estadunidense Eugene O’neill. O dramaturgo cedeu gratuitamente os direitos autorais de sua peça para que o grupo pudesse encená-la, após ser contatado por Abdias Nascimento e se solidarizar com as motivações do movimento. Sendo assim, no dia 8 de maio de 1945 os atores do Teatro Experimental do Negro, fizeram a sua grande estreia no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. A data também coincidentemente, é a mesma que marcou o fim da Segunda Guerra Mundial na frente europeia.

Figura 2: Ensaio da peça O imperador Jones, com Abdias Nascimento e elenco



Fonte: Medeiros, 1945.

O grupo viria a encenar novamente outras peças de O’neill durante sua existência. “O Moleque Sonhador” (1918) foi interpretado no segundo festival de aniversário do TEN (1946), com a grande atriz Ruth de Souza. Também faziam parte do elenco outros nomes como por exemplo, Abdias Nascimento como protagonista, Marina Gonçalves e Ilena Teixeira, dirigida por Willy Keller. Já “Todos os Filhos de Deus Têm Asas” estreou em julho de 1946 com direção de Aguinaldo Camargo. Em 1954, o TEN realizou o festival O’neill, no Teatro Dulcina no Rio de Janeiro onde foram encenados trechos de O imperador Jones, Todos os Filhos de Deus Têm Asas e Onde está Marcada a Cruz.

A primeira dramaturgia escrita especialmente para o TEN foi “O Filho Pródigo” (1947), de Lúcio Cardoso. A montagem seguinte foi a dramaturgia “Aruanda”, de Joaquim Ribeiro. “Palmares” da poetisa Stella Leonardos e posteriormente, Abdias também escreveria dramaturgias autorais para o TEN como, Sortilégio - Mistério Negro, Drama para Negros e Prólogo para Brancos, entre outras.

Figura 3: Ensaio da peça Todos os filhos de Deus têm asas, com Ruth de Souza e Ilena Teixeira



Fonte: Medeiros, 1946.

Figura 4: Ensaio da peça O filho pródigo, com Ruth de Souza, Abdias Nascimento, José Monteiro Aguinaldo Camargo, Marina Gonçalves e Roney da Silva



Fonte: Medeiros, 1947.

2.1 Jornal O Quilombo

Em 1948 o TEN idealizou mais um de seus projetos e grandes feitos, o jornal “Quilombo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro”. O Jornal contou com 10 edições entre os anos de 1948 e 1950, sob coordenação de Abdias Nascimento. Para além do fazer artístico e da movimentação da cena teatral de sua época, o TEN inovou através deste meio de comunicação e fez parte do movimento da Imprensa Negra, que surgiu no século XIX. E ainda divulgou seu trabalho artístico por intermédio do jornal.

Deste modo, é possível notar a atuação ampla em diferentes frentes, para a integração da comunidade negra, que fora realizada pelo Teatro Experimental do Negro. Se nos Jornais populares existentes da época, pessoas negras não eram contempladas de maneira significativa, positiva e relevante, o TEN criou o seu próprio meio de comunicação. O jornal Quilombo, trazia diversos conteúdos relacionados à educação, como por exemplo, em sua nona edição (1949, p.3), anunciou a chegada do professor Willian Hinton, primeiro negro a

integrar o corpo docente da Faculdade de Medicina de Harvard. Trouxe também autores negros como Lima Barreto e sua obra “Clara dos Anjos”, na primeira edição do Jornal. Mencionou por diversas vezes intelectuais negros de variadas áreas, divulgando e reafirmando as produções de conhecimento e saberes negros.

A produção dos periódicos era feita no Rio de Janeiro, no entanto, era lido também em outras cidades e estados. Chegou a ser lido até mesmo fora do Brasil, visto que em algumas edições havia cartas de leitores de outros países relatando suas experiências com os periódicos.

Segundo o Site¹ do Jornal Quilombo (2020) elaborado por Julia Fernandes para dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da UFPR (Universidade Federal do Paraná), o jornal almejou demonstrar o movimento negro como ator político e educador na representatividade feminina. As colunas contavam com matérias assinadas por mulheres e retratavam diversas artistas negras. Cantoras, atrizes, artistas plásticas, empregadas domésticas, entre outras, fazendo-as reconhecidas.

Maria de Lourdes Vale do Nascimento, expoente figura do Teatro Experimental do Negro, assistente social, era jornalista responsável pela coluna “Fala Mulher” presente no Jornal Quilombo. Nascida em Franca no ano de 1924, seu nome faz parte do cenário de intelectuais negras brasileiras. Dedicou sua vida a um trabalho de militância política visando a emancipação da população negra, especialmente mulheres negras. Em suas colunas ao jornal Quilombo, Nascimento abordava assuntos como, a educação de crianças negras, racismo policial, mulheres negras e defendia com veemência os direitos das trabalhadoras domésticas.

É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça social possa existir milhares de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair do serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e pós-parto, sem maternidade e sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas, o regime é aquele mesmo regime servil de séculos atrás, pior do que nos tempos da escravidão (Nascimento, 1949b, p. 3)

Sob patrocínio do TEN e liderado pelo departamento feminino do grupo, foram criadas duas importantes organizações para as mulheres negras da época. A Associação das Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional de Mulheres Negras.

O conselho Nacional de Mulheres Negras, criado por Maria de Lourdes Vale do Nascimento, oferecia serviços à comunidade negra, especialmente para as mulheres e

¹ Site Disponível em <https://www.ojornalquilombo.com.br/>

auxiliava pessoas em situação de vulnerabilidade social em serviços como; obtenção de certidões de nascimento, carteira de trabalho e outros serviços que estão relacionados a necessidades básicas. Suas atividades também abrangiam a realização de cursos de formação e profissionalização, alfabetização, cursos de educação primária para crianças e adultos e amparo para as trabalhadoras domésticas. A associação das empregadas domésticas, que atuava em cooperação com o Conselho, era liderada por Elza de Souza e Arlinda Serafim.

A educação sempre foi uma agenda importante para o movimento negro brasileiro e para o TEN não seria diferente. Nos movimentos do departamento feminino do grupo, uma grande preocupação era acessibilizar a educação. Além da alfabetização, fomentar cursos de balé, canto, teatro, corte e costura e educação física. Com o olhar contemporâneo do século XXI, pode parecer machista, e é. No entanto, para não cometer anacronismos e não ser injusta com essas mulheres, é importante ressaltar que esse era o padrão de qualidade de educação feminina da época. Era considerado o alto padrão que mulheres brancas das classes mais altas recebiam.

Como forma de enfatizar o mencionado no parágrafo anterior, uso como exemplo, a obra ficcional de Carolina Maria de Jesus, “O escravo” (2023), que foi escrita na década de 1950. A autora descreve a personagem Marina, da alta sociedade, como uma mulher que teve acesso à educação e pode fazer aulas de piano, enquanto Rosa, personagem do núcleo pobre da obra, sonhava com as aulas de piano e com a escola que nunca pode acessar devido à falta de recursos financeiros. Este é um retrato da sociedade da época.

Em 9 de maio de 1950 surge a primeira divulgação na imprensa, sobre a criação do “Conselho Nacional de Mulheres Negras”, através do jornal Quilombo. O Conselho é considerado atualmente, pioneiro no movimento feminista negro brasileiro. Apesar de o termo Quilombismo (Nascimento, 1980) ter sido cunhado décadas depois do fim do jornal, é possível identificar sua prática durante o processo de desenvolvimento dos periódicos, das matérias, de toda movimentação e articulação que gerou e principalmente de seu caráter coletivo. O panafricanismo também pode ser notado, ainda que Abdias Nascimento tenha tomado conhecimento da filosofia anos depois, durante seu exílio. O último periódico publicado, não deu indícios de que seria o derradeiro, mas teve fim, muito provavelmente pela dificuldade de manutenção. Uma breve vida, porém, muito movimentada.

Figura 5: Primeira Edição do Jornal Quilombo n. 1, 09 dez. de 1948, 8 p.

Direção de ABDIAS NASCIMENTO

Quilombo

VIDA, PROBLEMAS E ASPIRAÇÕES DO NEGRO

NÓS

ABDIAS NASCIMENTO

NÓS somos — vigorosa e altivamente — ao encontro de todos aqueles que acreditam, — com ingenuidade ou malícia —, que pretendemos criar um problema no país. A discriminação de cor e de raça no Brasil é uma questão de fato (Senador Hamilton Nogueira). Porém a luta de QUILOMBO não é especificamente contra os que negam os nossos direitos, simo em especial para fazer lembrar ou combater ao próprio negro os seus direitos à vida e à cultura.

A cultura, com intuição e acentos africanos, a arte, poesia, pensamento, ficção, música, como expressão étnica do grupo brasileiro mais pigmentado, penosamente vai sendo relegada ao abandono, ridicularizada pelos líderes do "branqueamento", esquecendo-se esses "aristocratas" de que o pluralismo étnico, cultural, religioso e político dá vitalidade aos organismos nacionais, sendo o próprio sangue da democracia (Gilberto Freyre). Podemos dizer que o desconhecimento do negro como homem criador e receptivo vem desde 13 de maio de 1888 (Artur Ramos).

Nosso caso se relaciona com todo o problema que determina o predomínio político de uma raça ou grupo étnico de maior força econômica sobre outro grupo étnico ou raça sem meios. Apesar do tempo que antecedeu a conquista da América quando o Papa Pio II, Silveo Enríes Piccolomini, levantou impedimentos teológicos ao tráfico português de africanos; depois da guerra de secessão nos Estados Unidos motivada pela emancipação dos escravos; após as lutas libertadoras de Cuba e Brasil, o problema segue no mesmo pé. Quando já não se pode falar de servidão e submissão militar, querem arrancar ao negro o domínio econômico e político de sua terra, como na África do Sul; tiram-lhe violentamente seus direitos no país que ajudou a formar e construir, como nos Estados Unidos; ou arditamente despojam-lhe dos meios psicológicos e mentais que o capacitariam a adquirir a consciência de sua verdadeira condição ante uma igualdade legal, como no Brasil.

A situação apenas esboçada torna-se mais nítida quando assistimos o Haiti pletear e conseguir, no Pacto de São Francisco, a condenação de todas as discriminações racistas. Nas últimas eleições dos Estados Unidos, aparece o candidato dos sudocratas Strom Thurmon com programa beligerantemente racista e obscuro, que conseguiu mais de um milhão de votos, e a própria vitória de Truman baseou-se na campanha pelos direitos civis para todo o povo norte-americano, inclusive os negros. A Índia, nesta mesma Assembleia que se realiza em Paris, levou ao conhecimento das Nações Unidas o problema da discriminação na África do Sul, onde reacionários descendentes dos contrabandistas "boers" com unicamente um milhão e meio sobre nove milhões de nativos, venceram as eleições contra o partido do general Smuts, favorável aos negros.

É transparente esta verdade histórica: o negro ganhou sua liberdade não por filantropia ou bondade dos brancos, mas por sua própria luta e pela insubordinação do sistema escravocrata (Cáio Prado Jr.). Aqui ou em qualquer país onde tenha existido a escravidão. O negro recebe a piedade e o filantropismo arifantes e luta pelo seu direito ao Direito.

O negro brasileiro já conquistou seu direito teórico e codificado mas necessita o exercício ativo desse direito. Como brasileiro não protestamos contra a existência, não só dos Ku-Klux-Klan alienígenas, como dos autóctones kukluxkian de mentalidades e atitudes.

O nosso trabalho, o esforço de QUILOMBO é para que o negro rompa o dique das resistências atuais com seu valor humano e cultural, dentro de um clima de legalidade democrática que assegure a todos os brasileiros igualdade de oportunidades e obrigações. Os atentados à essa paridade jurídica, e de fato praticados frequentemente em nosso meio, são anti-democráticos, separatistas e lesivos à interpretação.

(Continua na pág. 6)

Ha preconceito de cor no Teatro?

RESPONDE A NOSSA ENQUETE NELSON RODRIGUES, O DISCUTIDO AUTOR DE "ANJO NEGRO": — "INGENUIDADE OU MÁ FE NEGAR O PRECONCEITO RACIAL NOS PALCOS BRASILEIROS"

Nelson Rodrigues marca uma fase na evolução do teatro brasileiro. Suas peças "Festivo de Nôvo" e "A Mulher sem pecado" granjearam-lhe a reputação de nosso maior autor dramático, e outras, "Albino de Família" — interdita pela censura — e "Anjo Negro", recentemente apresentada no Finis, provocaram debates acalorados em torno do valor de sua obra teatral, um considerado Nelson Rodrigues verdadeiro gênio, outros negando-lhe qualquer valor. Enquanto tudo isso acontece, Nelson Rodrigues prepara-se para enfrentar nova tempestade com a próxima representação de "Senhora dos Abogados", a nossa "Electra" que a polícia interdita também. Ninguém, portanto, mais autorizado para abrir a discussão de QUILOMBO em torno da existência ou não do preconceito de cor e de raça em nosso teatro.

A QUE ATRIBUI O AFASTAMENTO DO NEGRO OU MEX-TIÇO DOS NOSSOS PALCOS?

A nossa pergunta Nelson Rodrigues respondeu com precisão: — "Acha, João, é, tenho a certeza de que é pura e simples questão de desprezo. Desprezo em todos os sentidos. Mas João, sobretudo. Raras companhias gostam de ter negro em cena; e quando uma peça exige o elemento de cor, adota-se a seguinte solução: brocha-se um branco. "Branco pintado" — eis o negro do teatro nacional. Claro, não devemos contar uma ou outra exceção. Mas não nos consintamos uma ruína e prezo uma ingenuidade perfeitamente outora ou uma má fé cínica para se negar a existência do preconceito racial nos palcos brasileiros. A não ser no Teatro Experimental do Negro, os artistas de cor, os fazem moléculas gasosas, ou carregam bandeja ou, por último, ficam de fora. Por que esta situação insustentável? Vejamos alguns dos motivos mais nítidos. Em primeiro lugar, subestima-se a capacidade emocional do negro, o seu ímpeto dramático, a sua força lírica e tudo o que ele possa ter de sentimento trágico. Raras admitem que ele possa superar a

moléculagem e a cachapa. Mas tais preconceitos não representam diante do preconceito maior e mais irreduzível, que é o da cor. (Continua na pág. 6)

Nelson Rodrigues

DOIS MUNDOS: PRETO E BRANCO, DENTRO DE UM SÓ PAÍS

SOBRE A VIDA DO NEGRO NOS ESTADOS UNIDOS FALAMOS O BRILHANTE JORNALISTA GEORGE S. SCHUYLER — ESTUDOS NA AMÉRICA LATINA SOBRE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Quando o Dr. George S. Schuyler passou pelo Rio em missão jornalística do "The Pittsburgh Courier", tivemos com ele um ligeiro encontro. Sorriente e bem humorado, Schuyler não escondeu o sorriso irônico, e redator vivo e ágil da querida seção "O mundo humilde coluna", do "Pittsburgh Courier". Guardamos trechos da conversa que mantivemos. Quando ele perguntamos sobre a possibilidade da mistura de raças nos Estados Unidos, Schuyler falou com a segurança de quem representa de fato o pensamento de toda a raça.

— É uma solução muito distante e teórica. O negro não pensa em misturar através do casamento. Para que e por que ele havia de pensar nisso? Em qualquer conceito social ou cultural em que se acha, ele encontra para se casar pretas cul-

tas, educadas. O negro possui uma sociedade completa e nem gosta de admitir pela o branco.

— Porquê?

— Receio de que o branco traga consigo o seu racismo. Mesmo que ele não seja racista, o negro suspeita sempre.

(Continua na pág. 3)

George S. Schuyler palestrando com o diretor de QUILOMBO

A grande atriz Ruth de Souza no filme "Terra Violenta". — Nota sobre cinema na 6ª. pág.

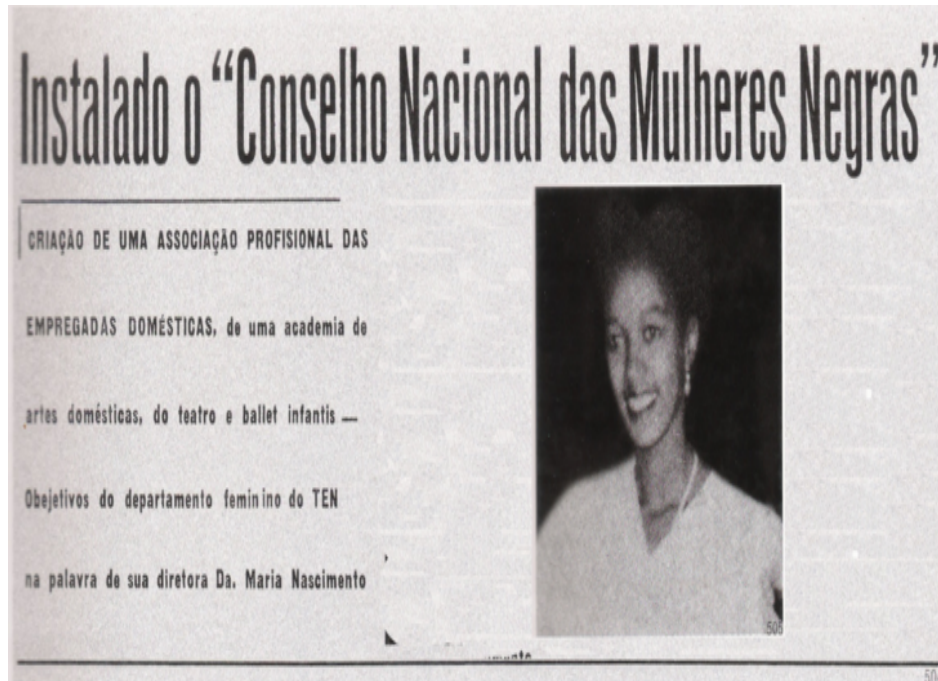
Ano I N.º 1
RIO DE JANEIRO, 9 DE DEZEMBRO DE 1948
1 CRUZEIRO
COLABORAM: Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos, Efraim Tomás Bó, Maria Nascimento, Francisco de Assis Barbosa, J. S. Guimarães.

Figura 6: Coluna Maria de Lourdes Vale do Nascimento no Jornal Quilombo



Fonte: Nascimento, 1950a.

Figura 7: Manchete anuncia criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras



Fonte: Manchete, 1950.

Figura 8: Jornal Quilombo anuncia criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras



Fonte: Nascimento, 1950b.

2.2 Concursos de Beleza Negra

O fortalecimento da autoestima e estética Negra, também faziam parte das bases ideológicas do Teatro Experimental do Negro. Por esse motivo, o TEN criou e fomentou concursos de beleza negra, com a intenção de romper com os padrões de concursos de beleza hegemônicos da época. O concurso Rainha das Mulatas teve sua primeira edição em 1947 e o concurso Boneca de Piche em 1948. Atualmente tais termos nos causam estranhamento e não devem ser utilizados, por conta de seu teor pejorativo. No entanto, para a época e a forma como o TEN se apropriou dos termos, foi sinônimo de reivindicação pública da beleza negra.

Esses concursos foram idealizados na cidade do Rio de Janeiro e tinham por objetivo justamente questionar o padrão de beleza hegemônico, europeu, vendido como o ideal para as mulheres negras e a única beleza validada num país tão diversos quanto o Brasil. O primeiro concurso nasceu antes da criação do jornal Quilombo, no entanto, o jornal foi o principal propagador de suas edições seguintes. Entre os critérios do concurso, estavam a ética, o intelecto, o talento e a criatividade das candidatas. Mercedes Baptista, grande nome do ballet brasileiro e primeira bailarina negra a integrar o corpo de ballet do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, foi a vencedora do concurso Rainha das Mulatas na edição de 1948.

No entanto, com a midiaticização pública do concurso, pessoas e críticos distorciam seu real sentido. Corporeidade de pessoas negras é uma questão fortemente pautada na sexualização, erotização e na objetificação, o que é uma prática racista. É o que a professora Nilma Lino Gomes (2017) chama de Coisificação. Neste sentido, as competições tiveram fim conforme seu crescimento.

Houve críticos esquerdistas fazendo confusão dos concursos com exploração meramente sexual da mulher negra. Essas pessoas não compreendiam, não podiam compreender a distância que nos separava qual uma linha eletrificada, de tais preocupações. Pois o alvo desses concursos era exatamente pôr um ponto final na tradição brasileira de só ver na mulher negra e mulata um objeto erótico, o que vem acontecendo desde os recuados tempos do Brasil-Colônia. (Nascimento, Acervo IPEAFRO, 2004)

O TEN percebeu que o concurso se desvirtuou de seu principal foco de enaltecer a beleza negra, de seu caráter pedagógico e de se contrapor aos estigmas racistas dos concursos de beleza tradicionais do país. Sendo distorcido justamente para a hiperssexualização e a coisificação dos corpos negros femininos.

Figura 9: convite para o grande baile caipira em homenagem ao concurso Boneca de Pixe em 1948, promovido pelo TEN



Fonte: Ten, 1948.

Figura 10: Mercedes Baptista como Rainha das Mulatas



Fonte: Mercedes, 1948.

Figura 11: Catty Silva, Vencedora do Concurso de Beleza Boneca De Pixe



Fonte: Catty Silva, 1950.

Além de ser responsável pela formação de uma primeira geração de atores e atrizes negros e negras no contexto brasileiro, considerando trecho Rio de Janeiro, São Paulo, o TEN foi um movimento de forte presença feminina, apesar de muitas vezes, esse detalhe passar despercebido ou sofrer apagamento. O engajamento feminino no TEN, a militância e as lutas contra a discriminação contavam com a participação de mulheres. Uma importante base para realizações de projetos, muitas eram trabalhadoras domésticas que atuavam na frente de defesa dos direitos. Nomes como, Arlinda Serafim, Elza de Souza, Marina Gonçalves, Ilena Teixeira, Neusa Paladino, Maria d'Aparecida, Mercedes Baptista, Agostinha Reis, Guiomar Ferreira de Mattos, Heloisa de Oliveira, Marietta Campos, Milca Cruz, Estela Delfino, Thereza Santos e Dulce Martins, fizeram parte do TEN e foram de suma importância para esse legado. Outros dois nomes que surgiram através do TEN, com ativa participação e relevância para o grupo e que posteriormente furaram a bolha, são as atrizes Ruth de Souza e Léa Garcia.

Ruth de Souza, grande atriz brasileira, dama do cinema, indicada ao prêmio de melhor atriz coadjuvante no Festival de Veneza, iniciou sua carreira no TEN. De origem pobre, Ruth se via limitada a iniciar uma carreira artística, pela sua condição social e pela sua cor. Aos 17 anos tomou conhecimento da existência do Teatro Experimental do Negro e logo passou a

integrar o grupo, estreando em 1945 na peça “O Imperador Jones”. Segundo o pesquisador Júlio Cláudio da Silva (2009), a ideia de enviar uma carta ao dramaturgo Eugene O’Neill, pedindo gratuidade e direito de apresentar a peça, foi de Ruth, visto que o grupo não tinha dinheiro para arcar com os direitos autorais para a montagem teatral. Em 1946, Ruth de Souza se torna a primeira atriz negra a interpretar Desdêmona, da peça Otelo de William Shakespeare. Ela atuou em mais de 60 novelas e se consagrou como a Dama Negra do Cinema Nacional.

Figura 12: Fotografia de Ruth de Souza, 1948, José Medeiros - Exposição Teatro Experimental do Negro nas Fotografias de José Medeiros - Instituto Tomie Ohtake.



Fonte: Medeiros, 2025.

Léa Garcia, filha de uma modista e um bombeiro hidráulico. Tinha o sonho de ser artista de cinema e escritora. Conforme a própria atriz relata, um dia na rua, foi convidada por um homem, para “fazer teatro”. Se tratava de Abdias Nascimento. Em 1951 passou a integrar o TEN, quando já era uma admiradora de Ruth de Souza e estreou no teatro no ano seguinte. O TEN foi o primeiro grupo brasileiro a encenar teatro para TV e Léa Garcia fez parte das encenações da TV TUPI, juntamente de Ruth de Souza. Léa fez história no TEN e em sua

carreira solo na televisão. Foi uma grande e consagrada atriz, reivindicando o lugar da mulher negra na televisão brasileira.

Figura 13: Fotografia de Léa Garcia, 1948, José Medeiros - Exposição Teatro Experimental do Negro nas Fotografias de José Medeiros - Instituto Tomie Ohtake



Fonte: Medeiros, 2025.

3 PEDAGOGIA TEN

O caráter educativo do Teatro Experimental do Negro fica explícito ao analisarmos sua trajetória. Segundo Laura Pereira Lima, em texto para o Jornal da USP, um dos pilares do movimento do Teatro Experimental do Negro é a educação.

Inicialmente, o corpo de atores era formado por operários, empregados domésticos, moradores de favelas e modestos funcionários públicos e, além de ensinar interpretação teatral, o TEN também oferecia cursos de alfabetização, cultura geral e formação política para os atores. A educação era um pilar essencial, já que a atuação do grupo não se restringia aos palcos: o TEN também organizou movimentos sociais, como o Comitê Democrático Afro-Brasileiro e a Convenção Nacional do Negro, que defendeu a inclusão da discriminação racial como crime de lesa-pátria na Constituinte de 1946. (Lima, P. L. apud Terra. P. J. 2023)

O Teatro Experimental do Negro é uma referência para a educação étnico racial, com ideias que podem nos lembrar da pedagogia libertária² a qual Paulo Freire (1968) disseminou, porém, acrescida de uma enorme consciência racial. Apesar de existir uma grande centralização da história do TEN na figura de Abdias, o movimento é de caráter coletivo e não seria realizado sem o fazer coletivo de seus integrantes. O grupo não dissocia a arte de seu caráter político e educativo. A junção dos três fazeres (artístico, político e pedagógico) em uma faceta, é para mim a grande característica do TEN.

No conceito do grupo, acreditava-se que mais do que apenas ensaiar e encenar, era necessário alfabetizar aqueles atores, integrantes do grupo. Não somente alfabetizar, como também contribuir para um letramento racial e um pensamento politizado. Neste sentido a UNE - União dos Estudantes, foi uma colaboradora no plano visionário do TEN, cedendo seu espaço, sua sede no Rio de Janeiro, para a ministração de aulas das quais de acordo com Almada (2009), chegaram a participar cerca de 600 alunos. Um projeto aberto não somente para os atores do grupo, como também para pessoas negras de todos os gêneros e idades que estivessem interessados em aprender.

Ironides Rodrigues, mineiro integrante do TEN desde o início, foi um dos professores do grupo. Ministrava aulas de alfabetização e de cultura geral. Graduado em Direito na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, era também crítico e ativista. Lecionou línguas como latim, francês, português e foi redator e tradutor no Jornal - O Quilombo. Aguiinaldo Camargo

² Abordagem Educacional desenvolvida pelo educador Paulo Freire, uma educação engajada a fim de promover consciência crítica e aprendizado mútuo entre educador e educando. Esse modelo critica o padrão educacional comum onde o professor apenas deposita conhecimento no aluno (bancário).

também fazia parte deste corpo docente. Nascido em Franca, interior de São Paulo, fora amigo de infância de Abdias. Foi agrônomo, ator, advogado e ativista.

Em muitas das leituras que fiz durante as pesquisas para realização deste trabalho, me deparei com citações referente à tese da “Democracia Racial” de Gilberto Freyre. Obras de Sandra Almada, Nilma Lino Gomes, Abdias Nascimento e Bárbara Carine, criticam a tese, e algumas até a intitulam como “O Mito da Democracia Racial”. A tese da qual eu também discordo e que é fortemente refutada nos dias atuais, pressupõe que existe uma harmonia entre as “raças” europeia, indígena e africana. Raça, aliás que é um termo que surgiu na Europa como marcador de hierarquização humana, pressupondo ser o negro inferior ao branco. A teoria da Democracia Racial nega a existência do problema e é refutada uma vez que, com dados estatísticos podemos comprovar que não há plena igualdade entre pessoas negras, brancas e indígenas em nosso país. No período de atuação do TEN e durante a circulação dos periódicos do Jornal Quilombo, a tese estava sendo difundida e fortemente aderida no meio acadêmico. O TEN contrapôs esses ideais, denunciando as desigualdades as quais o negro brasileiro era acometido.

3.1 Lei 10.639/03

Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639 que alterou a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) com a inclusão dos artigos 26-A e 79-B, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do ensino básico. Posteriormente em 2008 a lei seria ratificada pela lei 11.645/08, onde foi acrescida a temática dos povos indígenas brasileiros. Para a autora Lorene dos Santos (2013, p.), “Não se trata, apenas, de introduzir um novo componente curricular, mas de trazer para dentro da escola uma temática e um debate marcados por uma longa trajetória de disputas e embates, de polêmicas e dissensos e silenciamentos”.

É importante considerar os contextos de um país que por mais de 300 anos viveu um sistema escravagista, onde a participação de pessoas negras na sociedade, era feita através da condição de escravizado. No entanto, a lei é objetiva e não detalha desdobramentos e ou conteúdos pedagógicos que os professores podem abordar. A preocupação é: de qual ponto de vista essa história será contada?

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi conselheira da Câmara Nacional de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), entre os anos de 2002 e 2006. Devido sua vasta atuação como docente e pesquisadora e sua grande representatividade na educação

étnico-racial, foi indicada através do Movimento Negro para a ocupação deste cargo político. Em entrevista à pesquisadora Carla Beatriz Meinerz (2023), Petronilha conta sua experiência como relatora do Parecer CNE/CP3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e sua relação com a homologação da Lei 10.639/2003. A função do Conselho Nacional de Educação é interpretar as leis maiores da Educação, para que, o que está previsto em lei seja executado no âmbito escolar. A professora afirma que quando a lei 10.639/03 foi homologada, coincidentemente, ela e outros colegas do conselho estavam trabalhando em um Parecer visando tratar as problemáticas raciais da educação. O parecer ainda não era público e não teria sido divulgado para pessoas de fora do conselho. No entanto, sem saber destas movimentações, os deputados Ben-Hur Ferreira (PT) e Esther Grossi (PT), foram responsáveis pela apresentação do projeto de lei ao então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, que foi aprovado no ano de 2003. Isso reflete a urgência daquele momento, era um assunto que efervescia nas discussões do movimento negro e que culminou na lei 10.639/03.

O Racismo Institucional é tão forte que foi necessário a formulação de uma lei para difundir o legado e história dos povos afro-brasileiros e garantir o direito de crianças e adolescentes negros aprender sobre seus povos na perspectiva positiva, de modo a reduzir os danos causados pelo racismo. E com certeza, também para que crianças brancas possam ter contato com esta perspectiva decolonial e que isso contribua para seu aprendizado, respeito e erradicação do racismo na vida escolar.

O Parecer CNE/CP3/2004, que coincidentemente estava sendo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Educação, tratava-se de diretrizes para abordar a problemática das relações raciais no âmbito escolar. Sua elaboração se deu através de pessoas negras, que integravam ministérios, conselhos, ou que faziam parte da militância negra no recorte pedagógico e juntos se articulavam para propor reformulações na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) em relação à educação étnico-racial, apesar de não ser um grupo oficial. Petronilha relata que durante o processo, ela e seus colegas, pediam sugestões para amigos, intelectuais, professores, estudantes e responsáveis pelos estudantes, enquanto redigiam o documento. Isso pode evidenciar que a construção coletiva é essencial no movimento negro. A multidisciplinaridade é uma característica da educação antirracista que também está presente documento Parecer CNE/CP3/2004, pois para abordar as relações étnico-raciais no contexto

escolar, é necessário não somente um plano pedagógico pensado para o professor de história, como também, educadores de áreas diversas e profissionais interdisciplinares.

Durante a entrevista, Petronilha diz não entender por qual motivo a lei não está no ensino superior. Este é um questionamento que também me fiz durante minha experiência na graduação. Procurei juntamente com outros colegas de classe, entender qual o sentido em legislar-se somente no ensino básico e não encontramos razões. No ensino superior, é justamente onde ocorre a formação dos profissionais licenciados que atuarão no ensino básico. Deste modo, com uma grande brecha na lei, a conta não fecha.

A lei 10.639/03 foi ampliada, em detrimento da reparação histórica com os povos indígenas do Brasil, legislando juntamente com a lei 11.645/11. No entanto, ainda se faz importante mencionar a lei 10.639/03 e os processos existentes até sua homologação, pois representa um marco histórico para a educação antirracista e para o Movimento Negro.

Vale ressaltar que em novembro de 2022 foi lançado o “Currículo Antirracista da Cidade de São Paulo”, com orientações pedagógicas para professores desenvolverem práticas antirracista em sala de aula com base na lei 10.639/03. O documento pode ser encontrado no site oficial da Secretaria Municipal de Educação da prefeitura de São Paulo e pode ser acessado gratuitamente de qualquer lugar.

3.2 Educação Antirracista

Nascido em Franca, interior de São Paulo, Abdias experienciou o racismo desde o início de sua vida escolar, através do comportamento distinto de seus professores, na forma de tratá-lo e repreendê-lo, em comparação aos seus colegas de classe que eram brancos. No filme “Abdias Nascimento: Memórias Negras” de Antônio Olavo (2008), Abdias relata que sua mãe, a doceira Georgina Ferreira do Nascimento, era sua defensora nas situações de racismo e foi grande apoiadora em seus estudos. Em suas memórias de infância, ficou marcado um momento em que a mãe, ao defender um colega negro que apanhava da vizinha branca, mostrou para o filho a necessidade de união da negritude e a importância de não se silenciar em situações de racismo. Georgina não aceitava as situações de discriminação em que o filho era exposto e foi diversas vezes à escola tirar satisfações com as professoras. Assim como ele vivenciou momentos de racismo em sua infância escolar, muitas crianças negras, ainda hoje, sofrem esse tipo de discriminação de tratamento. O silêncio escolar nestes casos pode ser

muito comum, por isso se faz necessário para toda a comunidade escolar, aprender a identificar situações de racismo e saber agir.

Quando falamos sobre as referências negras ensinadas na escola, voltamos ao estereótipo da violência, do negro escravizado, sofrendo agressões e punições. De uma África pobre, miserável, devastada, colonizada. Uma história enviesada, mal contada, onde a princesa Isabel, uma mulher branca, foi responsável pelo fim da escravidão, pela salvação dos negros. No entanto, essa história não corresponde à realidade, não faz jus às lutas antiescravagistas, abolicionistas que foram realizadas pelos negros escravizados no Brasil. É muito comum também, se referir aos negros escravizados, como “escravos”, apagando toda a história que existe antes do sequestro e escravização, não levando em consideração que essas pessoas são humanas e que muitas nasceram livres em suas pátrias.

Desde o momento em que abria o livro e via imagens desenhadas de pessoas como eu presas ao pelourinho e, em destaque, na imagem maior, o rosto de uma mulher branca sendo chamada de generosa e princesa, a imagem da brancura e bondade. Lembro, como se fosse hoje, as risadas e tiração de sarro dos colegas quando chegava dia 13 de maio na escola [...] a professora nos chamando, nós, alunos negros, e nos mostrando como exemplo [...] Isso junto com a reafirmação, em suas narrativas, de que éramos “descendentes de escravos”. Ou nos obrigando [...] a reafirmar a boa vontade em relação à salvação que a princesa Isabel havia concedido para nós, pretos. (Balduino, 2024, p.63-64)

Esse relato retirado da tese de doutorado “Eu, Elas, Nós e a Ancestralidade - Escrivências em Arte Educação do Instituto Esperança Garcia no Quilombo da Parada”, refere-se à experiência pessoal da Doutora em Artes Kambandô Juliana Balduino, com o dia 13 de maio, enquanto criança negra. Tal data ainda pode ser mal interpretada na sala de aula e ensinada através da perspectiva colonizadora.

A representatividade negra nos livros didáticos escolares, foi por muito tempo baseada no apagamento, silenciamento, nos estereótipos pejorativos da violência escravista. Levantar essa discussão, se faz necessário, pois apesar da implementação da lei 10.639/03, que visa justamente erradicar esse pensamento preconceituoso no ensino e trazer a ação afirmativa, situações que expõem e constroem estudantes negros, como a citação acima, ainda são recorrentes.

A ideia de que as pessoas negras escravizadas no passado colonial eram vítimas passivas, esperando um branco salvador, se perpetuou por muito tempo, inclusive na minha própria experiência escolar, que é um pouco mais recente comparada a feitura deste trabalho. Existem estratégias possíveis de serem usadas no espaço educacional para combater esse tipo de pensamento.

Outra questão envolvendo a racialidade no campo escolar é a não identificação de alunos negros com a etnia negra. Embora exista um elevado número de estudantes pretos e pardos, muitos não se identificam racialmente com a etnia negra e quando a fazem, acontece por meio da autodepreciação ou pela reprodução do racismo com outros colegas e consigo. Essa é uma experiência relatada por professores do Ensino Básico no livro *Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas* (2013) e é uma experiência que eu mesma vivi durante meu estágio no Ensino Fundamental II de uma escola pública na cidade de Ribeirão Pires, São Paulo. Era muito comum, ouvir ofensas racistas vindo de alunos negros, autodepreciação ou a não identificação de pardos principalmente e até mesmo crianças de pele preta, com a etnia negra. A professora de arte que era a responsável pela turma, mesmo sendo uma mulher branca, fazia intervenções quando os assuntos emergiam entre as crianças, no entanto, as intervenções não eram suficientes, pois a própria escola não se preocupava com um plano pedagógico que contemplasse temáticas raciais de maneira efetiva, que abordasse o colorismo ou que deixasse margem para continuidade das discussões, com conteúdo de apoio. Além de ser formada por um corpo docente majoritariamente branco e desinteressado nas questões da racialidade ou do combate ao racismo. Quando as temáticas raciais e as culturas afrobrasileiras são abordadas apenas para cumprir a agenda e a obrigatoriedade das leis 10.639/03 e 11.645/11, acontece um esvaziamento do conteúdo histórico que nos leva ao lugar da exotização, que é contrário ao posto da apreciação. Esse tipo de pensamento não leva o estudante a uma reflexão positiva, ou até mesmo identificação e acontece, em parte das vezes, pela falta de conhecimento e aprofundamento.

No livro “Como Ser um Educador Antirracista” (2024), a professora e pesquisadora Bárbara Carine relata suas experiências e motivações para criar a primeira escola de ensino infantil regulamentada e inscrita em uma secretaria de educação como afro-brasileira, a Escola Afro-brasileira Maria Felipa, em Salvador, Bahia. Posteriormente a escola se estenderia a uma unidade também no Rio de Janeiro. Em sua obra, Carine traz apontamentos da colonialidade que observou nas escolas no geral; Colonialidade de Saber, Colonialidade do Poder e Colonialidade do Ser. E com esse formato, não seria capaz de contemplar a educação de sua filha, uma menina negra recém-chegada para sua família por via da adoção.

Colonialidade do saber, uma vez que o currículo era pensado e reproduzido a partir de uma perspectiva eurocêntrica na qual pessoas brancas fundaram todas as formas de conhecimento – apenas elas tinham ancestrais potentes (pensadores, cientista, reis e rainhas) [...] Colonialidade do poder, visto que os espaços escolares reproduziam em sua microesfera o racismo estrutural presente na macroestrutura, ou seja, as pessoas que ocupavam os espaços de poder das escolas tinham o mesmo fenótipo daquelas que ocupavam os espaços de poder da sociedade como um todo. [...] eram pessoas negras

que limpavam o bumbum das crianças, eram elas que serviam o cafezinho, que cozinhavam, que abriam o portão, que manobravam os carros. A partir dessa leitura, crianças de 3 anos já conseguiriam construir suas subjetividades compreendendo que, no mundo, pessoas brancas mandam enquanto pessoas negras obedecem. Colonialidade do ser, uma vez que nas escolas privadas da cidade existem pouquíssimas crianças negras. (Pinheiro, 2024, p.26- 27)

O racismo se reinventa em sua estrutura social. Na escola, não é diferente, ele se faz presente. Porém, nas tentativas de minimização, ou até mesmo, invisibilização, é por muitos, chamado de *bullying*, maquiando uma realidade cruel. Reconhecer que o racismo existe dentro da escola e em todas as esferas sociais, é o ponto de partida para entender o processo de racismo e identificação por meio da racialidade que ocorre no âmbito escolar e apropriar-se de meios para combatê-lo.

Um episódio recente de racismo no contexto escolar, que tomou uma certa proporção midiática, é o caso do colégio Mackenzie em 2025, onde uma adolescente negra foi encontrada desacordada no banheiro da escola após uma tentativa de suicídio, por conta de uma série de ataques racistas que vinha sofrendo dentro da unidade escolar. O advogado da família afirma que a escola estava ciente dos ataques que a adolescente sofria e ainda assim escolheu negligenciar a estudante.

A jovem estava inserida em um contexto delicado para pessoas racializadas. Uma escola elitizada em Higienópolis, bairro nobre de São Paulo, sendo estudante bolsista e negra em uma instituição majoritariamente branca. É possível perceber que apesar de a escola oferecer uma bolsa para a jovem, não havia preparo para recebê-la. A mãe relatou aos veículos de imprensa, que por diversas vezes entrou em contato com a instituição, informando as situações de racismo que a filha sofria, solicitando uma intervenção, porém foi completamente negligenciada. Chegando ao ponto de quase morte, a escola ainda não prestou nenhum tipo de assistência para a garota e sua família.

Curiosamente, ao procurar na internet matérias jornalísticas sobre o ocorrido, encontrei títulos denominando que o motivo da tentativa de suicídio foi o *bullying*. *Bullying* com o cabelo da menina, com sua aparência física e traços, com sua cor, no entanto, temos um nome para isso, racismo. A este nome se imputa um crime, previsto na lei 7.716/1989. Aqui não estou falando para prender, ou criminalizar crianças que cometem ou reproduzem racismo. Mas sim movimentar essa estrutura, enxergar a raiz do problema, não negligenciar casos de racismo na escola, fomentar a consciência racial para que as crianças saibam identificar o racismo e entendam que cometê-lo é crime. Mas como falar sobre o racismo entre as crianças, se existe racismo na própria instituição, através de sua estrutura?

A Educação Antirracista se faz necessária para que estudantes negros não mais adoçam nas escolas. O genocídio da juventude negra se reinventa e a violência psicológica e a saúde mental debilitada, é mais uma forma de genocídio das nossas crianças e adolescentes. Com o avanço tecnológico e a expansão das redes sociais, temos dois contrapontos nas questões raciais; o primeiro é que o acesso a referências negras positivas cresceu. Atualmente é possível acessar diversos conteúdos na internet, as profissões de *youtubers* e criadoras de conteúdo ascenderam e muitas mulheres negras falam sobre cuidados com seus cabelos crespos e cacheados, cuidados com a pele negra, maquiagem para peles negras, produtos, conteúdos de antirracismo e mais acesso ao conhecimento. Por outro lado, o racismo virtual também se espalha na internet e é muito comum que acometa crianças e jovens em período escolar e acabe por ser uma extensão do racismo que acontece dentro da escola.

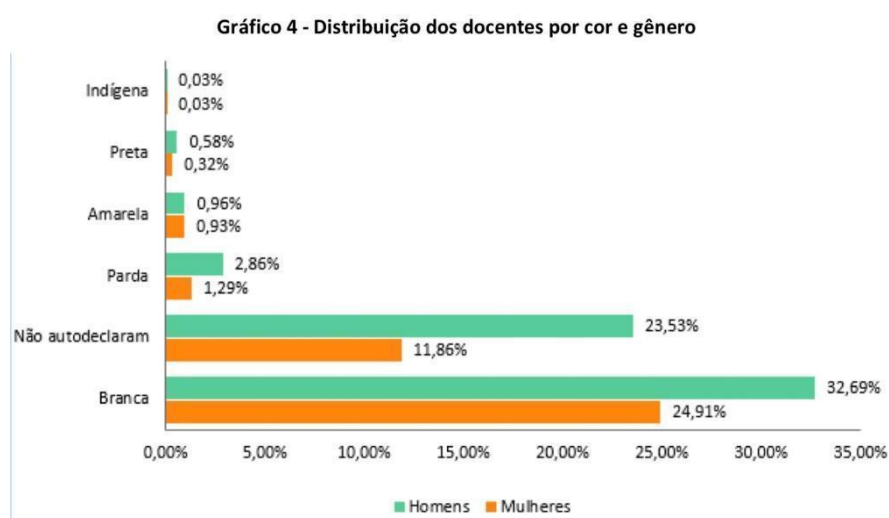
Essa atividade do racismo no ambiente educacional, começa desde as estruturas fundantes das instituições de ensino. As primeiras universidades do Brasil, por exemplo, foram criadas a partir da transferência da corte portuguesa em 1808. Exatamente 80 anos depois aconteceu a abolição da escravatura, no entanto, não se extinguiu suas mazelas. O fantasma ainda nos ronda, 137 anos depois. O que aconteceu com essa população após a assinatura da Lei Áurea e a abolição da escravatura? Onde encontrar conteúdos referentes a esse período? É um questionamento que muitos professores não conseguem responder e acabam por fazer o ensino da história negra por meio da associação com a escravidão. O fato é que essas pessoas foram libertadas da sua condição de escravizadas sem nenhuma reparação. De escravizadas, passaram a ser vistas como marginais e ainda sem os acessos que outra parcela da população tinha. Um dos acessos negados, é a educação.

Em 1940, menos de um terço dos brasileiros de 7 a 14 anos de idade frequentava a escola. No mesmo período, cerca de 56,8% da população era analfabeta, sendo os números maiores nas regiões norte e nordeste. Nos anos 2000, década em que nasci, o número da população analfabeta caiu para 12,8%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos é mais que o dobro das observadas entre os brancos, de acordo com o censo demográfico de 2022, sendo a taxa entre os indígenas quatro vezes maior. Com todos esses dados e com o contexto histórico do país, podemos concluir que o ingresso de pessoas negras e indígenas nas universidades é recente.

Segundo os dados do Censo sobre as Diversidades da Unesp - 2021, realizado no ano de 2021, 17,28% dos alunos são pardos, 5,24% são pretos e 0,8% são indígenas. Já os números referentes aos docentes da Unesp são: das mulheres docentes 0,81% são pretas, 3,2%

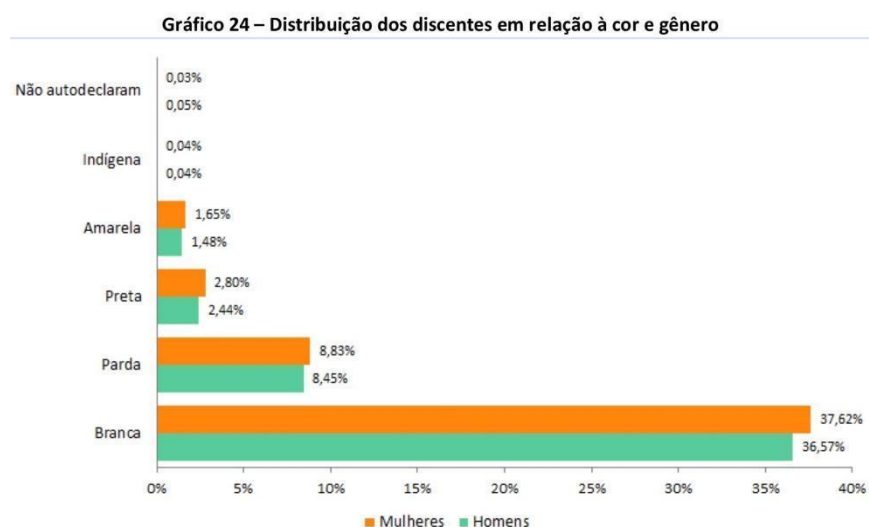
são pardas e 0,08% indígenas. Em relação aos homens docentes, 0,95% são pretos e 4,71% são pardos e 0,05% indígenas. Ao analisarmos os gráficos disponíveis neste censo, é notório uma porcentagem relevante de docentes que preferem não se autodeclarar. Me questiono, a quem interessa e a quem beneficia a não autodeclaração dos docentes.

Figura 14: Print Gráfico 4 - Distribuição dos docentes por cor e gênero



Fonte: UNESP, 2021.

Figura 15: Print Gráfico 24 - Distribuição dos discentes em relação à cor e gênero



Fonte: UNESP, 2021.

Ainda no livro *Como Ser um Educador Antirracista* (2024), a Doutora Bárbara Carine, relata como foi difícil encontrar profissionais preparados para lecionar na Escola Afro-Brasileira Maria Felipa. Foi necessária uma estruturação, com ênfase na consciência racial, para que os profissionais pudessem integrar a equipe da escola. Em sua filosofia pedagógica, todos os funcionários que estão dentro do ambiente escolar, são educadores e fazem parte do processo de aprendizagem dos estudantes, portanto, devem também passar por um período formativo. Durante esse desenvolvimento, Carine percebeu que muitas professoras negras reproduziam o racismo, de tão enraizado que ele está no âmbito educacional e na sociedade. E através da educação antirracista, foi possível reparar este problema.

Voltando para a questão do antirracismo, ele é caracterizado pelo protesto, pelo enfrentamento, pela denúncia do racismo. O antirracismo é uma categoria ocidental, não é afrocentrada, uma vez que categorias afrocentradas são atravessadas em sua constituição pelas agências africanas, e agência se relaciona com o modo de ser, estar, se relacionar, pensar e construir o mundo. (Pinheiro, 2024, p.58)

Algumas das propostas antirracistas da Escola Maria Felipa incluem, Calendário Decolonial com datas comemorativas diversas, como Dia da Revolta dos Malês, Dia da Feijoada de Ogum, Dia da Memória dos Povos Originários, Dia de Iemanjá, Dia da Mulher Negra Latino-caribenha e muitas outras que vão para além das datas do calendário cristão, que são as mais comuns nas escolas e consideradas feriados no calendário nacional. Projetos pedagógicos baseados nas potências culturais afroameríndias, incentivando assim que as crianças conheçam nomes importantes das culturas, negras, indígenas e latinas, e que se sintam representadas. Filosofia Ubuntu que valoriza o “Nós” e traz o senso de coletividade. Isso pauta a educação a partir do pressuposto das potencialidades e esse é um bom caminho para se pensar a educação antirracista. “Optamos por falar do poder do nosso povo, do nosso pioneirismo, das nossas produções. As crianças se formam por uma perspectiva de reforço positivo e não pela negação do que a sociedade racista afirma acerca de nós.” (Pinheiro, 2024, p.108).

O TEN, por sua vez, iniciou na década de 1940, um modelo de educação antirracista quando a nomenclatura ainda não existia. É possível identificar um caráter pedagógico em quase todos os feitos do Teatro Experimental do Negro. A preocupação com que as escolas ensinassem a história do negro brasileiro na perspectiva decolonial, era umas das ambições do Teatro Experimental do Negro, em média 65 anos antes da homologação da lei 10.639/03.

A reivindicação do ensino gratuito para todas as crianças brasileiras, a admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário - onde esse segmento étnico-racial não entrava devido a imbricação entre discriminação racial e pobreza -, o combate ao racismo com base em medidas culturais e de ensino e o esclarecimento de uma imagem positiva do negro ao longo da história eram pontos importantes do programa educacional dessa organização (Nascimento, 2004, p..)

Isso evidencia que o TEN pode ser considerado um dos precursores da Educação Antirracista no Brasil. O grupo se mobilizou politicamente por vezes para entregar projetos de leis que visavam uma melhor qualidade de vida e direitos para as pessoas negras, através de reparação de danos causados pela escravização. A Convenção Nacional do Negro, realizada pelo TEN em 1945, reuniu em média quinhentas pessoas na capital paulista e duzentas pessoas no Rio de Janeiro, onde foram apresentadas propostas que seriam levadas à constituinte daquele ano. Vejamos a primeira proposta: 1) Que se torne explícita na constituição de nosso País a referência à origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca. (Almada, 2009, p.82). Aqui o TEN expressa sua preocupação com a autoafirmação e o não apagamento das origens do Brasil, o que é essencial para uma consciência racial e encaminhamentos para a igualdade. Já a segunda proposta refere-se à criminalização do racismo: 2) Que se torne matéria de lei na forma de crime lesa pátria, o preconceito de cor e raça. 3) Que se torne matéria de lei penal, o crime praticado nas bases do preconceito acima tanto nas empresas de caráter particular como nas sociedades civis [...] (Almada, 2009, p.83).

No quarto tópico, o TEN apresentava novamente seu compromisso com a educação, sugerindo que enquanto o ensino brasileiro não se tornasse gratuito em todos os níveis, estudantes negros fossem aceitos nas instituições de ensino e subsidiados pelo Estado. Este é um pensamento precursor das cotas raciais, que chegaram somente 55 anos após a elaboração do documento, e visam minimizar os danos que a população negra sofre até os dias atuais em decorrência do período escravagista.

No quinto tópico de modo geral sugerem a isenção de impostos e taxas a todos os brasileiros que desejam estabelecer-se no ramo comercial e possuam renda limite de Cr\$20.000,00.³ No sexto e último tópico, volta a ressaltar sua preocupação e compromisso com a cultura, sugerindo que o Estado considere como uma questão urgente elevar o acesso cultural, econômico e social do povo brasileiro.

³ Refere-se ao Cruzeiro, moeda brasileira na década em questão.

Eventos como os concursos de beleza, anteriormente citados, também tinham um caráter pedagógico antirracista, visando reeducar uma sociedade totalmente colonizada até mesmo nos seus conceitos de o que é belo. Assim como o jornal Quilombo e a imprensa negra, além do seu caráter comunicativo, existia ali um caráter pedagógico.

O TEN realizou o primeiro Congresso do Negro Brasileiro entre 26 de agosto e 04 de setembro de 1950, no Rio de Janeiro. Um evento de estudo e reflexão que reuniu intelectuais negros, homens e mulheres, no intuito de não serem mais negros-objeto de pesquisa, como acontecia em outros congressos acadêmicos, mas sim, negros pesquisadores. Dentre muitas coisas positivas que aconteceram em decorrência do evento, posso citar a ideia de criar um museu que valorizasse a cultura negra e afro-diaspórica. Desta forma, nasce em 1950 o Museu de Arte Negra – MAN, que não possuía espaço físico, porém, foi composto por um acervo que dialogava com as africanidades.

Figura 16: Matéria Jornalística sobre o Congresso do Negro Brasileiro.



Fonte: Matéria, 1950.

4 CONEXÕES ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL

No ano de 2025 iniciei meu estágio no Instituto Esperança Garcia – Quilombo da Parada, localizado dentro da comunidade Estância Jaraguá - SP. É um coletivo que nasceu em 2009 a partir de ações de mulheres negras motivadas a mudarem o cenário da comunidade. Lá eu pude experienciar uma verdadeira Educação Antirracista, dentro de uma comunidade esquecida pelo poder público.

Foi lá também que conheci Zama Mthunzi, um ativista sul africano, Especialista Global de Incidência do Projeto SETA – Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista, uma iniciativa que visa a equidade racial e a mitigação do racismo. Tive a oportunidade de mediar no dia 04 de maio de 2025 uma entrevista de Zama para Kambandô Juliana, Presidenta e fundadora do Quilombo da Parada. O especialista global estava interessado em entender o funcionamento do modelo de educação do Quilombo, sua construção e até mesmo as perspectivas do Brasil sobre educação e a racialidade. Durante a conversa, ele anotava tudo que eu traduzia das falas de Kambandô. Falamos sobre a lei 10.639/03 e ele nos contou algumas perspectivas da África do Sul e disse que em seu país não existem leis semelhantes, ou políticas públicas voltadas para questões raciais. Zama nos contou também, que há uma grande luta para que o governo reconheça a existência do racismo e invista em políticas públicas para a população negra. A partir deste diálogo, surgiu o interesse de conversar com ele e entender mais sobre a África do Sul e o que essa diáspora Brasil-África pode contribuir na Educação Antirracista.

No primeiro momento da entrevista, eu quis entender as motivações que o levaram a ser um ativista especialmente da Educação Antirracista e Zama contou-me sobre os desafios que enfrentou após formar-se no ensino básico e ver-se perdido mediante a realidade social que se encontrava. Uma situação que muitos jovens periféricos também enfrentam. “Não importava que eu estivesse indo bem na escola, tudo se resumia ao fato de eu ser um homem negro pobre e, se eu não tivesse dinheiro para pagar, seria excluído (Mthunzi, 2025)”. Ao ingressar a universidade de Wits em Johannesburgo, integrou um grupo chamado “Simpósio do Pensamento Negro”, teve contato com filosofias como Consciência Negra e Feminismo Negro, onde passou por um processo que nomeia como um “despertar” para realidade de seu país.”O processo de dissipar as ideias e atitudes da classe dominante sobre os negros pobres,

as falsas noções sobre os negros e as razões pelas quais a maioria da população negra é pobre (Mthunzi, 2025)”.

Quando o questioneei sobre os modelos educacionais sul-africanos e a Educação Antirracista, o ativista relatou um sistema de ensino, que muito se assemelha com o Brasil, na existência de um ensino público sucateado destinado a uma maioria pobre e um sistema de qualidade privado destinado a uma minoria com maiores acessos financeiros e no caso da África do Sul, especialmente uma minoria branca , majoritária em poder. A estrutura disponível na escola como quadras, laboratórios, bibliotecas e materiais didáticos são desiguais entres os dois modos de ensino (público e privado). Zama afirma que somente na universidade passou a questionar o porquê dessas diferenças. Sobre sua infância na escola pública, relata: “Era claro entre nós que eles tinham tudo e nós, apenas nossos talentos. Foi na universidade que comecei a aprender sobre essas diferenças, suas origens e porque persistem.” (Mthunzi, 2025)

Esse processo de conscientização que Zama viveu, é um exemplo de experiência com uma Educação Antirracista, decolonial. É um modelo que foi seguido pelo Teatro Experimental do Negro através da acessibilização de aulas de cultura geral , com discussões pertinentes a negritude e é também um processo desenvolvido no Quilombo da Parada através da literatura afrobrasileira, valorização das potencialidades e acesso ao conhecimento decolonial, saberes emancipatórios, cultura e arte negra. Um trabalho de suma importância para que o negro tenha iafermentas e repertório para se defender das mazelas do racismo e combatê-lo.

Esse processo de conscientização racial e de enxergar quem eu sou no mundo, foi um dos maiores momentos da minha vida, do meu trabalho e do meu ativismo em geral. É quem eu sou hoje, é um guia para a minha política e trabalho na comunidade. (Mthunzi,2025)

Na África do Sul existe a teoria do “Multiracialismo”, que é similar ao mito da Democracia Racial no Brasil e fomenta o pensamento de que não existe racismo no país. Para o entrevistado, a Educação Antirracista é libertária e pode ajudar e desmistificar essas falácias.

[...] é uma educação que liberta do colonialismo, da escravidão e da dominação. Ainda temos sistemas educacionais que ensinam normas e atitudes de colonialismo, racismo e escravidão. Somos mantidos acorrentados. A educação antirracista constrói um reconhecimento justo de pessoas em todo o mundo que foram dominadas por séculos. Continuamos a

ver como, hoje, negros e indígenas são sistematicamente excluídos do sistema educacional que continua a ser racista, que continua a aliená-los e tratá-los como escravos. Precisamos de uma educação que liberte e não oprima as pessoas. (Mthunzi,2025)

Leis afirmativas no âmbito educacional que favoreçam a Educação Antirracista na África do Sul ainda estão em revisão e segundo Zama, não existe vontade governamental em concluí-las. Enquanto isso, as consequências do Apartheid ainda assolam a população sul-africana e refletem também na esfera educacional do país.

Se passaram 30 anos desde o apartheid, e ainda há muito que nos resta daquele regime. Houve muitas intervenções para nos livrarmos das políticas e práticas do governo do apartheid, mas muitas coisas permanecem as mesmas. A África do Sul ainda tem um sistema educacional dividido em dois. A educação pública, voltada principalmente para a maioria negra e pobre, é composta por escolas com recursos insuficientes, a infraestrutura está se deteriorando, a superlotação é um grande problema, os alunos não têm livros didáticos, há escassez de professores etc. Enquanto isso, do outro lado, há escolas ricas, frequentadas por minorias brancas, que têm quase tudo o que precisam. Grandes escolas com equipamentos, educadores qualificados, instalações esportivas etc., a divisão persiste até hoje. (Mthunzi,2025)

É notável semelhanças entre o Brasil e a África do Sul, ambos colhem consequências de um passado racista e segregacionista. Porém também possuem suas diferenças. Durante o período do Apartheid, mais especificamente em 1953, foi institucionalizado a Educação Bantu, com o objetivo de inferiorizar a população negra, limitando seu acesso à educação e precarizando recursos.

Figuras 17 e 18: Representação da Educação Bantu - Exposição no Museu do Apartheid



Fonte: Cole, 2025.

Nas imagens demonstradas acima, o quadro da Educação Bantu era tão precário que não haviam mesas e cadeiras para os estudantes, e às vezes, nem para seus professores. Esse modelo de educação segregacionista assolou a população negra sul-africana e apesar de ter sua queda juntamente com o fim do Apartheid, deixa fortes rastros de desigualdade entre brancos e não brancos na educação.

Quando perguntei ao entrevistado sobre sua visão a respeito da luta antirracista no Brasil, ele citou a existência do Ministério da Igualdade Racial como uma iniciativa que demonstra avanço nas questões raciais do país e ainda exemplificou o progresso com a ODS-18.

Figura 19: Zama Mthunzi de camisa xadrez, em seguida Kambandô Juliana, Helder Graça e Sabrina Tavares



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS, é uma iniciativa instituída pela Organização das Nações Unidas - ONU em 2015, com 17 objetivos para um desenvolvimento mundial sustentável, do qual o Brasil é signatário. No entanto, a participação brasileira se destaca pois, em 2023 foi desenvolvida uma proposta de um ODS especificamente para a igualdade racial. Essa proposta foi anunciada em setembro de 2023, pelo então presidente Luiz Ignácio Lula da Silva (PT) durante a 78ª assembleia da ONU.

De acordo com os relatos do entrevistado, é possível notar algumas semelhanças do ensino sul-africano com o ensino brasileiro. No entanto, podemos ver também alguns assuntos em que o Brasil está um pouco mais avançado, como nas leis e políticas públicas voltadas para a população negra e o reconhecimento da existência do racismo.

O primeiro aspecto para a existência e a necessidade de um Movimento Negro é o reconhecimento da existência do racismo. Entre 31 de agosto a 8 de setembro de 2002, o Brasil participou da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial a Xenofobia e Formas correlatas de Intolerância promovidas pela ONU em Durban, na África do Sul, onde reconheceu a existência da desigualdade racial e do racismo no país e se comprometeu a colaborar com a mudança desse cenário. Se no Brasil, o passado escravocrata nos deixa sequelas, na África do Sul, além do sequestro de pessoas para fins de escravidão e da colonização, ainda existiu a institucionalização do Apartheid, num passado recente.

O Apartheid foi um movimento segregacionista institucional na África do Sul que vigorou de 1948 a 1994, separando brancos e não brancos dentro da sociedade. Direitos civis e humanos eram negados a população negra e não branca, impondo desigualdades extremas ao povo sul-africano. Pessoas brancas, que representavam a minoria quantitativa na África do Sul, predominantes em poder, obtendo acessos que eram negados a pessoas negras e não brancas. Foi um período de grande opressão e violência que perdurou por décadas no país. Nelson Mandela é considerado ícone da luta contra o Apartheid e a favor da equidade racial. Foi opositor do sistema segregacionista, passou 27 anos encarcerado em decorrência de suas lutas e com o fim do apartheid, foi finalmente liberto e tornou-se o primeiro presidente negro da África do sul. Abdias Nascimento esteve fortemente ligado a África do Sul e foi opositor do regime do Apartheid. O movimento negro brasileiro teve como pauta, em meados da década de 1980, o combate ao apartheid e pressionava o governo brasileiro a romper relações diplomáticas com a África do Sul.

É realmente uma contradição terrível que o Brasil, o maior país negro do mundo depois da Nigéria, que tanto se proclama o berço da democracia racial e que deveria liderar internacionalmente a luta contra o apartheid, mantenha relações diplomáticas e comerciais com o governo sul-africano (NASCIMENTO, 1985.)

No ano de 1991, quando Abdias Nascimento já era parlamentar, teve seu encontro com Nelson Mandela, durante a visita do ativista sul-africano ao Brasil.

Figura 20: Nelson Mandela ao lado de Abdias Nascimento



Fonte: Nelson Mandela, 1991.

O panafricanismo foi uma das vertentes filosóficas e de pesquisa de Abdias Nascimento, desenvolvida durante seu exílio nos Estados Unidos, que o conectou cada vez mais com o continente africano. É um termo que foi cunhado e utilizado pela primeira vez pelo advogado negro estadunidense Sylvester Willians, durante um discurso em defesa dos negros sul-africanos em detrimento da apropriação territorial dos europeus, durante uma conferência de intelectuais negros no fim do século XIX, marcando o início de uma consciência africanista.

Os intelectuais que criaram o movimento panafricano, o fizeram pela necessidade da união dos povos africanos, não somente os que viviam no continente africano, mas principalmente os negros que viviam nas diásporas, espalhados pelo mundo e que sentiam a necessidade de se reconectar com a África.

A conferência Panafricanista de 1919 aconteceu em Paris, quando a ideologia já havia se tornado um movimento e estava mais estruturada e foi encabeçada por líderes como Du Bois, Marcus Garvey e Kwame Nkrumah. Ao todo, o movimento realizou sete congressos em diferentes partes do globo terrestre.

O panafricanismo lutou pela libertação dos povos africanos sequestrados de seus países em consequência da escravidão, pela união dos povos e pela liberdade e emancipação de seus países. A maior parte do continente Africano ainda não era livre ou independente de seus colonizadores europeus, quando o panafricanismo nasceu. O movimento impulsionou as lutas emancipatórias e de independência política do continente africano e obteve resultados

através dos processos de descolonização da África. A carta de autodeterminação dos povos da ONU também foi importante para esse momento histórico e assinada por países colonizadores que não renunciavam suas colônias e subjugavam os povos africanos.

Grande parte dos países africanos se tornaram independentes no século XX, especialmente nas décadas de 1950-1970 a partir da popularização do Panafricanismo. Ainda assim, os processos de descolonização do continente africano foram marcados por violências e lutas. O símbolo do panafricanismo são as cores da Etiópia, considerado o único país do continente que não foi colonizado, tornando-se um símbolo de resistência. As novas bandeiras dos países africanos, que surgiram após a descolonização, reverenciam as cores verde, amarela e vermelho, da bandeira etíope. No Brasil, o panafricanismo apresenta um conceito pedagógico e seu grande disseminador no país foi Abdias Nascimento.

Figura 21: Punho cerrado em referência ao símbolo panafricanista



Fonte: Bandeira, 2018.

De vertente similar ao panafricanismo, Abdias Nascimento cunhou o termo Quilombismo (1980), que se trata de uma reestruturação da sociedade por meio do quilombo. O Brasil quilombista, seria uma sociedade, livre, justa e igualitária, pois o quilombo representa um lugar de união e acolhimento, coletividade, representatividade política e em cargos de liderança. Em alinhamento e respeito com o meio ambiente, na filosofia quilombista, o planeta Terra é patrimônio coletivo de uso nacional. Em comparação com a realidade desigual do mundo e a lógica capitalista, o Quilombismo parece uma utopia.

O local no qual atualmente integro como educadora, chama-se quilombo justamente por acreditar na filosofia quilombista e em seus benefícios para a comunidade, em congruência com a educação antirracista.

5 TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ABDIAS NASCIMENTO

O movimento Negro pode ser definido a partir de um conjunto que o compõe, em seus aspectos culturais, artísticos, religiosos, políticos e sua maior característica; a luta contra o racismo. A efervescência do movimento negro, foi responsável por grande parte das políticas públicas raciais existentes na atualidade e para me encaminhar à finalização deste trabalho, volto ao início, abordando um pouco mais da figura de Abdias Nascimento, o nome que é mais associado ao TEN.

Abdias Nascimento participou da Frente Negra Brasileira (FNB), organização fundada em 16 de setembro de 1931. Foi uma das primeiras organizações unificadas do movimento negro, almejando o combate à discriminação racial e a organização política. A FNB prestava assistência médica e jurídica aos seus associados. Tinha como preocupação a educação de pessoas negras. Abdias não esteve presente na fundação do grupo, porém foi um dos milhares de membros, espalhados pelo país inteiro. Apesar de não ter um cargo de liderança ou de maior atividade no grupo, a FNB foi importante para a ampliação de suas ideias e militância negra, que o acompanhou por toda vida. Infelizmente a FNB teve uma vida curta enquanto grupo, pois com a ascensão do Estado Novo, o governo Getúlio Vargas, obrigou o fechamento de qualquer organização política e social.

Em novembro de 1937, Abdias foi preso com mais alguns companheiros por entregar panfletos contra o Novo Estado e foi libertado em maio de 1938. Em 1941, foi preso novamente após a reabertura de um antigo processo de quando ainda era do exército. Ficou encarcerado por dois anos no presídio do Carandiru, onde fundou o Teatro do sentenciado, outro viés de sua trajetória que foi extremamente pedagógico. Desenvolveu um trabalho com o Teatro Experimental do Negro, onde participaram de inúmeros eventos, congressos, palestras, além das peças.

Durante o período de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, Abdias cumpriu um grande exílio no Estados Unidos e na Nigéria, onde continuou sua luta pan-africanista e antirracista. A princípio, Abdias iria para o exterior por conta de uma bolsa de estudos concedida pela Fairfield Foundation, em Nova York, no entanto, com o endurecimento da ditadura militar e o decreto AI-5, Abdias estendeu sua moradia no exterior de 1968 a 1981, totalizando 13 anos longe de sua pátria. Ao longo de seu exílio, Abdias lecionou em

universidades como Yale e Wesleyan e desenvolveu-se como artista visual. Suas obras faziam referências a diásporas africanas e religiões de matrizes africanas.

Em sua volta ao Brasil no ano de 1981, fundou o IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros. O instituto, hoje é o responsável pela disseminação de seu acervo e o maior propagador do legado do Teatro Experimental do Negro. Dois anos depois, Abdias foi eleito deputado no Rio de Janeiro, na primeira eleição após o longo período antidemocrático que o país viveu.

Em agosto de 1991, Abdias assumiu uma cadeira de Senador da República e foi o primeiro senador negro da história da república brasileira. Em fevereiro de 1997, após a morte de Darcy Ribeiro, Abdias retornou ao Senado exercendo seu mandato até janeiro de 1999, encerrando sua atuação parlamentar. Durante seu mandato Abdias contribuiu com a população negra.

Como deputado, Abdias apresentou projetos de lei para tipificar o racismo como crime de lesa-humanidade, transformar o 20 de novembro no Dia Nacional da Consciência Negra, incluir a história da África e a cultura negra nos currículos escolares e criar cotas raciais no serviço público e nas empresas privadas, sendo 20% para homens negros e 20% para mulheres negras. [...] Como senador, voltou a apresentar os projetos que previam a criação de cotas raciais e a mudança dos currículos escolares. Também redigiu propostas para garantir mais direitos às comunidades quilombolas, endurecer a legislação contra o racismo e obrigar o Ministério Público a agir em casos de ataque à dignidade da população negra. (Agência senado)

Intelectual, ator, poeta, dramaturgo, artista visual, Abdias foi o primeiro político brasileiro a propor uma lei de ação reparadora da violência que continua sendo reproduzida na atualidade para pessoas negras. Na época que Abdias apresentou os projetos de lei, a população negra brasileira equivalia a 44%. Atualmente, pretos e pardos no Brasil representam 55% da população.

Figura 22: Cartaz de campanha de Abdias Nascimento para Deputado Federal em 1982



Fonte: Cartaz, 1982.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em apenas um trabalho de conclusão de curso é impossível relatar todos os feitos do TEN. O grupo atuou em diferentes frentes, onde inegavelmente deixou um legado e beneficiou de maneira significativa o movimento negro, a população negra, o teatro, a arte e cultura, a educação e o Brasil.

O caráter pedagógico do Teatro Experimental do Negro se manifesta em grande parte dos seus feitos, seja por meio das aulas de alfabetização e cultura geral ministradas pelo grupo na sede da UNE, ou através dos concursos de Beleza Negra. Por intermédio do Jornal Quilombo Vida e Aspirações do Negro Brasileiro, que disseminava um tipo de conteúdo que as outras mídias não contemplavam, ou por meio dos diversos congressos realizados pelo Teatro Experimental do Negro, que colocou pela primeira vez no Brasil, o negro como cerne de sua pesquisa.

Foi precursor de debates ainda atuais como cotas raciais e Educação Antirracista. Exponente da reivindicação dos direitos da população negra, influenciou políticas públicas voltadas para este grupo, que foram homologadas anos depois de sua existência, como por exemplo, a Lei de cotas 12.711/2012 e a Lei 10.639/03.

A proposta pedagógica do TEN surgiu na década de 1940 como um modelo diferente de todos os outros que aconteciam naquele mesmo período, visando especialmente a população negra. O TEN sempre demonstrou ter a lucidez de que o conhecimento é a ferramenta mais potente de combate ao racismo. E apesar das diferentes frentes de atuação, esteve certo de seus principais objetivos, que a população negra tivesse acesso a sua história, o protagonista negro, viabilizar a produção dos saberes emancipatórios, combater o racismo e trazer representatividade para as artes cênicas no Brasil.

A prática pioneira realizada pelo TEN, se difunde e segue seu curso. Sendo realizada de diferentes formas com o mesmo objetivo. Um movimento necessário para a reestruturação do sistema escolar, a fim de mitigar o racismo e promover justiça e igualdade racial na sociedade. No Quilombo da Parada, por exemplo, o rompimento com os parâmetros coloniais podem ser notados desde a estrutura do espaço de aula, até a relação entre educadores e educandos. Uma estrutura arquitetônica em harmonia com a mata atlântica, um espaço

pensado para o livre brincar, que instiga a criatividade, com uma afrooteca comunitária e educadores que dialogam na mesma posição que o educando, possuindo todas as características do quilombismo. Assim como a Escola Maria Felipa, que tem uma estrutura pensada para crianças negras e indígenas, com um plano pedagógico abrangente nas culturas brasileiras e afroameríndias. Os caminhos para uma Educação Antirracista são muitos, materiais didáticos, literatura afro brasileira infantil, pressuposto das potencialidades, entre outros, que na atualidade, podem ser acessados com maior facilidade.

O tema que me propus a pesquisar, dialóga diretamente comigo e com tantos outros colegas estudantes negros. Ser o interesse de pesquisa e a pesquisadora, me fez partir de um lugar sensível e me mostrou a importância de seguir nas temáticas escolhidas. A quantidade de sonhos podados na escola, especialmente de crianças negras, me faz refletir acerca de qual educadora quero ser, porquê também já fui essa estudante. Por isso faço das considerações finais deste trabalho, um início para a construção de um caminho acadêmico que desejo e estou trilhando.

REFERÊNCIAS

- ABDIAS NASCIMENTO: memória negra. Direção e Roteiro: Antonio Olavo. [S. l.]: Portifolium Laboratório de Imagens; Universidade do Estado da Bahia; Ipeafro, 2008. Publicado no canal Prof. Hercules Pimenta dos Santos. 1 vídeo (1:35:00). Disponível em: <https://youtu.be/Bk7GdoaUr7s?si=TGkKG2ul8r5TS0Rz>. Acesso em: 30 jan. 2026.
- ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento**: Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BALDUINO, Juliana. **Eu, Elas, Nós e a Ancestralidade**: escrituras em arte educação do Instituto Esperança Garcia no Quilombo da Parada. 2024. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2024.
- BANDEIRA Panafricanista. [20--]. 1 bandeira.
- BRASIL. Senado Federal. **Senador Abdias Nascimento**: uma vida dedicada à luta contra o racismo. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senador-abdias-nascimento-uma-vida-dedicada-a-luta-contr-o-racismo>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- CARTAZ de campanha de Abdias Nascimento para Deputado Federal. 1982. 1 cartaz. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senador-abdias-nascimento-uma-vida-dedicada-a-luta-contr-o-racismo>. Acesso em: 30 jan. 2026.
- CATTY SILVA, Vencedora do Concurso de Beleza Boneca De Pixe. 1 fotografia. **Jornal O Quilombo**, 1950. Disponível em: <https://www.ojornalquilombo.com.br/mulheres-do-jornal-quilombo>. Acesso em: 30 jan. 2026.
- COLE, Ernest. **Representação da Educação Bantu**: Exposição no Museu do Apartheid. 2 fotografias.
- FERNANDES, Julia. **Jornal O Quilombo**. 2020. Disponível em: <https://www.ojornalquilombo.com.br/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alfabetização**. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/22321-alfabetizacao.html>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- JESUS, Carolina Maria de. **O Escravo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- JORNAL QUILOMBO. Rio de Janeiro, n. 1, 09 dez. 1948.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Laura. Teatro negro teve papel fundamental na resistência política durante a ditadura militar. **Jornal da USP**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/teatro-negro-teve-papel-fundamental-na-resistencia-politica-durante-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MANCHETE anuncia criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras. Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, 1950. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/72-anos-do-conselho-nacional-de-mulheres-negras-e-a-luta-pelos-direitos-das-domesticas/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MATÉRIA JORNALÍSTICA sobre o Congresso do Negro Brasileiro. 2 fotografias. 1950. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/?s=congresso+negro+brasileiro+>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MEDEIROS, José. **Aula de Alfabetização e Cultura Geral do Teatro Experimental do Negro com o professor Ironides Rodrigues**. 1946. 1 fotografia. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MEDEIROS, José. **Ensaio da peça O filho pródigo, com Ruth de Souza, Abdias Nascimento, José Monteiro Aguiinaldo Camargo, Marina Gonçalves e Roney da Silva**. 1947. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.institutotomieohtake.org.br/exposicoes/teatro-experimental-do-negro-nas-fotografias-de-jose-medeiros/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MEDEIROS, José. **Ensaio da peça O imperador Jones, com Abdias Nascimento e elenco**. 1945. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.institutotomieohtake.org.br/exposicoes/teatro-experimental-do-negro-nas-fotografias-de-jose-medeiros/>. Acesso em: 30 jan. 2026.,

MEDEIROS, José. **Ensaio da peça Todos os filhos de Deus têm asas, com Ruth de Souza e Ilana Teixeira**. 1946. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.institutotomieohtake.org.br/exposicoes/teatro-experimental-do-negro-nas-fotografias-de-jose-medeiros/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MEDEIROS, José. **Fotografia de Ruth de Souza**. 1948. 1 fotografia. Exposição Teatro Experimental do Negro nas Fotografias de José Medeiros, São Paulo, Instituto Tomie Ohtake.

MEDEIROS, José. **Fotografia de Léa Garcia**. 1948. 1 fotografia. Exposição Teatro Experimental do Negro nas Fotografias de José Medeiros, São Paulo, Instituto Tomie Ohtake.

MEINERZ, Carla Beatriz. Entrevista com a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 12, n. 26, 2023.

MERCEDES Baptista como Rainha das Mulatas. 1 fotografia. **Jornal O Quilombo**, 1948. Disponível em: <https://www.ojornalquilombo.com.br/mulheres-do-jornal-quilombo>. Acesso em: 30 jan. 2026.

NASCIMENTO, Abdias. **Centenário de Nelson Mandela**. Ipeafro, [s.d.]. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/centenario-de-nelson-mandela-2/>. Acesso em: 15 set. 2025.

NASCIMENTO, Abdias (org.). **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: GRD, 1968.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

NASCIMENTO, Abdias. **Seção TEN**. Rio de Janeiro: Acervo Ipeafro, 2004. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acoes/acervo-ipeafro/secao-ten/>. Acesso em: 05 set. 2025.

NASCIMENTO, Maria. Escreve a mulher: o Conselho Nacional das Mulheres Negras. **Jornal Quilombo**, Rio de Janeiro, 1950a.

NASCIMENTO, Maria. Instalado o Conselho Nacional das Mulheres Negras. **Jornal O Quilombo**, Rio de Janeiro, 1950b. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/72-anos-do-conselho-nacional-de-mulheres-negras-e-a-luta-pelos-direitos-das-domesticas/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

NELSON MANDELA ao lado de Abdias Nascimento. 1991. 1 fotografia. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/?s=nelson+mandela>. Acesso em: 30 jan. 2026.

PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria *et al.* **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SILVA, Júlio Cláudio da. História de vida, história do ativismo negro: biografia e memória pública de Ruth de Souza (1930-1951). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPUH, 2015.

TEN. **Convite para o grande baile caipira em homenagem ao concurso Boneca de Pixe em 1948, promovido pelo TEN**. 1948. 1 convite. Disponível em: <https://ocupacao.icnetworks.org/ocupacao/abdias-nascimento/o-teatro-dentro-de-mim/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). **Censo sobre as diversidades UNESP 2021**. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www2.unesp.br/Modulos/Noticias/36747/relatorio_censo2021_vf-1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.